



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 434 - DE 27 DE MAIO A 10 DE JUNHO DE 2012 - R\$ 3,00

Manifestações grevistas no País indicam descontentamento dos explorados



Assembleias na UFPB e
na Unifesp (Guarulhos-SP)



Greves dos professores (BA) e metroviários (SP)



**Unificar as greves em defesa do emprego,
do salário e dos direitos trabalhistas!
Que as Centrais Sindicais rompam com a
Mesa Tripartite e com o Conselho Automotivo!
Independência e democracia sindicais!
Pôr em marcha um movimento pela derrubada
da Lei de greve e da indústria das multas que
penalizam os grevistas e os sindicatos**

**Fim dos processos,
perseguições e expulsão de
estudantes universitários**

**Não à Comissão da Verdade que procura a
reconciliação com assassinos e torturadores!
Por um Tribunal Popular para apurar e
julgar os crimes da ditadura militar**

Oposição revolucionária a Dilma

Indústria metalúrgica se ressentida da crise

CUT e Sindicato Metalúrgico do ABC, subordinados aos interesses das multinacionais

As multinacionais reclamaram perante o governo que as vendas caíram, os estoques cresceram acima do normal e que, se esse quadro perdurar, terão de rever seus planos de crescimento. Ficou subentendido que as demissões voltarão a abalar o ABC. Não somente o ABC, evidentemente, já que as montadoras se espalharam para outros estados.

As direções da CUT e do sindicato metalúrgico do ABC, por sua vez, reforçam a “preocupação” das multinacionais e pedem ao governo Dilma manter as concessões e avançar ainda mais a proteção da indústria automotiva, a de máquinas e equipamentos. A burocracia treme só de pensar que terá de se expor diante dos metalúrgicos no caso de demissões em massa.

As concessões trabalhistas às multinacionais foram tantas em duas décadas que a direção sindical se soldou profundamente às diretrizes do grande capital. Recordemos que, no 4º Concut, de setembro de 1991, se decidiu pela participação da CUT nos conselhos governamentais e, em março de 1992, o sindicato metalúrgico do ABC compôs com o patronato a Câmara Setorial Automotiva, com o claro objetivo de auxiliar os capitalistas na denominada reestruturação produtiva.

A burocracia lulopetista imprimiu a partir desse momento um percurso de conciliação de classe, que foi se ampliando mais e mais. A grande contribuição às multinacionais se resumiu na flexibilização do trabalho, até hoje vigente. Os burocratas colocaram a CUT e seus sindicatos de joelhos perante o capital imperialista, de maneira que atendem os interesses do conjunto da burguesia.

A euforia da última década com o mercado automotivo obscureceu o papel traidor dos sindicalistas de resultados. Armou-se a impressão de que a reestruturação produtiva e a flexibilização, enfim, deram razão aos burocratas do ABC e que as medidas arquitetadas na Alemanha foram positivas para a “indústria nacional”. Hoje, o setor automotivo conquistou a 4ª posição no mercado mundial e a 7ª em produção. O seu peso na economia interna é considerável: detém 23% do PIB industrial e 5% do PIB nacional. Seu faturamento, em 2010, foi de R\$ 180 bilhões.

É com esse volume que as multinacionais obrigam o governo a privilegiar-lhes ainda mais na situação de crise, certamente em detrimento de outros setores. A burocracia sindical segue-lhes os passos. Apresenta-se como importantes figuras nacionais, responsáveis pelo bom andamento da economia em geral e em particular das empresas as quais o sindicato está ligado, como é o caso excepcional dos metalúrgicos da ABC.

No final de abril, o presidente do sindicato, Sr. Sérgio Nobre, e o da CNM-CUT, Sr. Paulo Cayres, participaram a 1ª reunião do Conselho de Competitividade do Setor Automotivo do Plano Brasil Maior. Trata-se de um entre os 19 criados por Dilma, sob inspiração do ministro petista Paulo Pimentel, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Qual é o lugar dos burocratas sindicais no Conselho? O de juntamente com os capitalistas e o governo viabilizar, até 2014, “as metas de fortalecer a cadeia produtiva de autopeças,

estimular as exportações de veículos e autopeças, aumentar a inovação, o valor agregado à tecnologia, a segurança e a eficiência energética dos veículos produzidos no País, aumentar a capacidade produtiva e a formação e qualificação da mão de obra”. Como se vê, as multinacionais contam com auxiliares de planejamento, como Nobre e Cayres, sem que tenham de fazer parte de suas diretorias. E o governo conta com auxiliares ministeriais, sem que tenha de empregá-los diretamente.

A valiosa virtude desses auxiliares, com certeza absoluta, não está em que apresentem propostas e soluções para os capitalistas tocarem seus negócios, mas sim no fato de serem “representantes” dos trabalhadores, cujos empregos dependem de as metas fixadas pelo Conselho Automotivo darem certo. Os primeiros resultados vieram. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, divulgou, em 21 de maio, “novas” medidas: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para os carros, do Imposto de Operações Financeiras (IOF), para créditos de pessoa física, liberação do depósito compulsório, recolhido pelo governo e redução das taxas de juro do BNDES. De fato, nada novo.

Desde a eclosão da crise em 2008, o governo federal vem subsidiando as multinacionais do setor. O que quer dizer, protegendo seus lucros. Espera-se que o mercado melhore no segundo semestre, até lá está prometido aos metalúrgicos a garantia dos empregos.

Sérgio Nobre pede paciência às multinacionais e aos operários, considerando que o efeito das medidas “leva um tempo de maturação”. A recomendação diz respeito ao mau desempenho do primeiro semestre. A frase contemplativa do presidente do sindicato é esta: “O governo deu o remédio. Agora, é esperar o efeito.” As multinacionais sabem perfeitamente o que esperar. Seus administradores seguem com alguma previsão o que vai ocorrer. Baseiam-se em tendências mundiais, analisadas por suas matrizes nos Estados Unidos, Europa e Japão. E as evidências são de que a crise internacional mantém firme em sua marcha rumo a destruição massiva de forças produtivas.

A burocracia sindical é que não tem uma avaliação própria. É sintomático que se utiliza do farto dinheiro do imposto sindical para manter uma horda de assessores talhados na economia política da classe capitalista.

O sindicato metalúrgico serviu de escada para a Volks, Mercedes, Ford, etc. chegarem ao governo com respaldo político como se fosse dos trabalhadores. O sensível governo petista atendeu parte dos pedidos apresentados pelas multinacionais e por Nobre/Cayres no Conselho de Competitividade. Depois de tudo isso, não resta ao sindicato cruzar os braços e simplesmente aguardar. Está bem nítida a função de serviçal das montadoras e autopeças do mais importante sindicato operário do País.

Não temos dúvidas de que os administradores das montadoras têm sobre a mesa respostas para o caso da crise agravar. E não vai ser nada bom para os assalariados. O remédio ministrado por Dilma tão-somente garante a lucratividade dos capi-

talistas. É pura ilusão que os patrões preservarão os empregos. Segundo as leis de funcionamento do capitalismo, a burguesia compra a força de trabalho de acordo com as condições que possibilitam obter lucro, e, se possível, cada vez mais elevado.

Diz Nobre que está feliz com as decisões do governo, que é de seu partido, mas que está vigilante. Na Tribuna Metalúrgica, de 23/5, justifica porque guarda uma ponta de preocupação: “Há bastante tempo a categoria alertava que eram necessárias mudanças no segmento e reivindicava do governo federal medidas como as que foram propostas para incentivar a produção no segmento”. Está dizendo que o governo demorou para agir.

(Notem que Nobre diz que “a categoria alertava”, como se os operários tomassem parte ativa, tivessem consciência dos reais problemas que ameaçam seus empregos e apresentassem soluções próprias. A burocracia precisa se apresentar aos explorados brasileiros como uma voz dos operários; e aos operários, como uma liderança representativa de suas necessidades e posições. Acoberta assim sua completa independência política perante a classe operária e a sua dependência perante a burguesia, em particular a imperialista)

Que obstáculos ainda ameaçam a venda de carros, caminhões e ônibus? Pelo visto, são as condições da população. Milhões querem comprar seus veículos. Esse é um dos sonhos mais terríveis inoculado no cérebro de uma boa parcela das famílias. Mas ocorre que os bancos reduziram a fleuma dos empréstimos de longo prazo. Quem poderia se endividar, muito bem! Agora, é a vez da inadimplência, que dobrou (de 2,49% para 5,38% dos devedores). Dizem os especialistas que esse número ainda é suportável. Os bancos sabem, porém, que o risco vem aumentando. Querem que o governo esteja comprometido com o que virá à frente. Precisam proteger seus lucros. Resistem a baixar as taxas de juro, como exige o governo. Mesmo assim os banqueiros estão colaborando, tendo em conta que o Estado e o governo têm favorecido grandemente os seus negócios.

O sindicato metalúrgico não pensou duas vezes para ecoar o pleito da Fiesp de incentivo à indústria, rebaixando os juros. Completou, portanto, a fórmula de salvamento das montadoras: subsídio fiscal e crédito mais redução das taxas de juro, mais calma nas fileiras dos metalúrgicos. O pouco que se obteve dos banqueiros os burocratas saudaram como uma vitória em favor da classe operária.

É possível que com a intervenção de Dilma alentando os interesses das multinacionais se adie o ataque aberto contra os metalúrgicos, mas não será por muito tempo. O crescimento continuará baixo e comprimido. O governo reconheceu que exagerou em sua previsão de 4,5%. Pode ser que fique pouco acima de 2,7% registrados em 2011, ou pouco abaixo. Os artifícios fiscais e financeiros voltados a segurar a queda da produção de veículos dão respiro à economia, já que a cadeia produtiva do setor automotivo pesa significativamente na formação do PIB. No entanto, as tendências recessivas são abrangentes, manifestando-se como força destrutiva mundial.

O capitalismo de conjunto está imerso na crise de superprodução, que eclodiu em seguida a um período de ascensão, que vai de 2003 a 2008. Não por acaso a derrocada se iniciou nos Estados Unidos há cerca de três anos e tomou conta da Europa ocidental. Os países semicoloniais sentiram imediatamente o abalo, mas foram aos poucos sendo arrastados pelo processo

de quebra econômica e decomposição social. Processo esse que permanece ativo e poderoso.

Observa-se que uma crise de tal magnitude não se impõe ao mesmo tempo e por igual a todos os países. Porém, por mais recursos que as semicolônias de desenvolvimento médio, como é o caso do Brasil, China e Índia, tenham acumulado, não há como ficarem à margem da bancarrota. Passam a dilapidá-lo, como está se passando neste momento.

Depositou-se muita esperança de que a China bravamente ocupasse o lugar de muro de contenção, a tempo das potências emergirem do precipício, e do capitalismo mundial iniciar um novo ciclo de recuperação e crescimento. Não obstante, não é o que sucede. O afundamento das potências arrasta as economias mais débeis, como uma locomotiva, os vagões. A sorte do Brasil passou a depender inesperadamente da China. É para lá que vai grande parte de suas matérias primas e bens agropecuários; e é de seu gigantesco consumo que os preços dessas commodities se elevaram às nuvens. Tudo indica que já não se sustentam. A retração industrial, no Brasil, é o ponto de partida e não o ponto final da crise. O mais grave está por vir com a diminuição do superávit das commodities na balança comercial. Um baque na agroindústria – é o que se pode esperar – refletirá imediatamente nos serviços.

O governo e uma parcela dos economistas dizem que os fundamentos macroeconômicos ainda estão sólidos, que existem recursos acumulados e que dá para aguentar o tranco. Porém, a realidade não faz senão expor as contradições econômicas, as dificuldades administrativas e os impasses da política econômica. Sob o governo de Dilma Rousseff, inequivocamente, constatamos o agravamento dos fatores da crise. O retorno do desemprego na indústria é um alerta a ser levado a sério.

A desgraça está no fato da classe operária se encontrar despreparada para defender suas reivindicações e desenvolver o programa da revolução social. A estatização dos sindicatos e o controle da burocracia pró-capitalista sobre o proletariado agem como uma poderosa força em favor dos interesses imediatos e históricos da burguesia. Os sindicatos comandados pela casta burocrática formam um aparato ativo que imprime passividade na força motriz da luta de classes e das transformações, que é a classe operária.

Quando nos certificamos pela Tribuna Metalúrgica que o economista, político e tecnocrata Delfin Neto se reúne com a diretoria do sindicato metalúrgico do ABC e do sindicato dos bancários para ajudá-las a formular propostas, vemos o quanto o PT, o governo lulista e seu braço sindical cutista trabalham para sufocar as tendências de luta das massas e quanta inércia impuseram ao proletariado nesta última década. A crise coloca em questão os empregos. As respostas pró-multinacionais, por sua vez, se chocam com a necessidade dos explorados se defenderem. Essa contradição se potencializará e se manifestará concretamente com a evolução dos acontecimentos. E se evidenciará aos olhos das massas. Sobre essa base será possível travar a luta contra a burocracia traidora, defender as reivindicações próprias dos explorados e desenvolver o programa da revolução proletária. De nossa parte, não perdemos de vista a tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

Constituída a Comissão da Verdade e da Reconciliação

Os crimes da ditadura estão em boa parte demonstrados. Bastaria apenas ampliar a investigação e expor à luz do dia os responsáveis pelas torturas, mortes e desaparecimentos de militantes de esquerda, sindicalistas e ativistas. Uma das evidências mais crua é a de que a ditadura militar se utilizou da resistência armada dos pequenos grupos de esquerda para eliminar fisicamente suas direções e seus melhores quadros. A diretriz dos generais teve por estratégia varrer o comunismo do Brasil a custo de torturas e assassinatos. Não por acaso, o Partido Comunista Brasileiro, que havia assumido a via pacífica da “revolução” e que estava profundamente comprometido com a conciliação de classes também foi golpeado. A chacina da Lapa (SP), que executou três membros do PCdoB, quando o partido já estava derrotado em sua guerrilha do Araguaia, é mais uma prova de que a ditadura se utilizou da circunstância política para combater com assassinatos todos aqueles que eram considerados comunistas. Esse é o ponto fundamental de julgamento do golpe militar de 1964 e dos seus 20 anos de ditadura. Essa verdade histórica é a que mais importa hoje. Somente o proletariado pode encará-la. Como ainda não tem o seu partido revolucionário, não pode assumir essa tarefa. O governo burguês de Dilma não exporá nenhuma verdade que já não se saiba. Espera tão somente colocar uma lápide sobre a brutal ferida que não se cicatriza.

Abaixo publicamos a posição do Partido Operário Revolucionário

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Apurar os crimes da ditadura, punir os torturadores, assassinos e mandantes

Aos trabalhadores e à juventude

A Comissão da Verdade, instalada no dia 16 de maio, tem por objetivo apresentar um relatório sobre os casos de torturas, mortes e ocultação de corpos, praticados por agentes do Estado sob a ditadura militar. Não tem a função de acusar e julgar os militares, policiais e civis que se encarregaram da repressão aos opositores do regime, instalado pelo golpe de 1964.

Os seis integrantes da Comissão da Verdade terão de se ater à lei que a instituiu. Os rígidos limites que determinam o trabalho de apuração dos acontecimentos foram prescritos por razões políticas. A delimitação de suas atribuições, restritas à coleta de informações e elaboração de um relatório a ser entregue à Presidência da República dentro de dois anos, é dada pela Lei da Anistia de 1979, promulgada pelo ditador general João Baptista Figueiredo. Por meio dela, os torturadores e assassinos ficaram imunes a ações judiciais e penais. Mas seu alcance é bem maior: a Lei da Anistia protegeu a ditadura como um todo, como regime político burguês transitório, constituído para defender a ordem capitalista, proteger os interesses do grande capital nacional e internacional.

O golpe militar derrubou um governo constitucional de traços nacionalistas, objetivando a reconstituição da centralização autoritária do Estado, como via de interromper o avanço do movimento camponês em choque com os latifundiários, o impulso das lutas operárias, as ações das massas estudantis e a efervescência política no interior das Forças Armadas. Não havia um partido revolucionário para dirigir a revolta dos explorados da cidade e do campo. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava subordinado às forças do nacionalismo burguês, cuja referência era o governo de João Goulart. Evidentemente, os militares assumiram o comando do Estado devido à radicalização da luta de classes, à impotência do nacionalismo em realizar as reformas de base e à falência política dos partidos burgueses. Os Estados Unidos atuaram para viabilizar o movimento de março/abril.

O Estado Maior das Forças Armadas impuseram os limites máximos para a constituição da Comissão da Verdade. O ex-ministro da Defesa, o Sr. Nelson Jobim, agiu junto ao governo Lula como um representante direto dos militares no andamento e decisões em relação ao projeto de lei sobre a violação dos Direitos Humanos pela ditadura. Os oficiais que comandaram o regime e que hoje estão na reserva, por sua vez, se valeram e se valem da Lei da Anistia para combater qualquer iniciativa que possa remexer nos porões da ditadura e responsabilizar a casta militar que dirigiu o País por duas décadas. Consideram-se injustiçados e perseguidos, já que a democracia que hoje pretende investigá-los somente foi possível devido a 1964, que livrou o Brasil do comunismo, da ditadura do proletariado.

Somente o Clube Militar e a direita burguesa escabrosa podem se agarrar em tal falsidade histórica. Os golpistas, escorados no imperialismo, esmagaram o tímido nacionalismo burguês e brecharam a evolução da luta de classes por um período. A sua obra serviu para organizar a penetração do imperialismo, colocar um ponto final no ciclo do nacionalismo burguês e preparar as condições políticas para a volta das mesmas forças que foram marginalizadas.

Não há dúvida da importância da resistência armada que se organizou nos anos 70. No entanto, dar-lhe uma dimensão maior do que teve, é violar os fatos. Em nenhum momento, as várias correntes que decidiram combater a ditadura e derrubá-la por meio do combate armado a ameaçaram. As condições políticas e sociais não permitiam uma vitória militar da oposição. A classe operária se encontrava refluída, o campesinato havia sido golpeado e o setor da pequena-burguesia urbana radical não reunia forças para retomar os movimentos de rua, encabeçados pelo movimento estudantil. As lideranças do nacionalismo burguês se viram órfãs de sua classe, que se ajustou ao regime ditatorial e se colocou pela estabilidade do Estado. As expressões do nacionalismo militar, que afloraram no interior das Forças Armadas na década de 50 e começo dos anos 60, foram desbaratadas pela dura repressão dos quartéis.

O PCB não pôde reagir ao golpe, uma vez que depositava ilusão no governo burguês de João Goulart. Mergulhado em crise profunda, aberta antes de 64, se estilhaçou em vários agrupamentos e partidos que correram em busca do castro-guevarismo e do maoísmo. Não faltou a tentativa de envolver o leninismo-trotskyismo com a luta armada foquista, sob a caricatura de anti-estalinismo e de mistura com o castro-guevarismo. A guerrilha urbana mais bem organizada – a ALN e a VPR – e a rural montada no Araguaia pelo PCdoB foram artificialmente concebidas e estruturadas. Ambas se organizaram fora da classe operária e do movimento camponês. Não tinham como nutrir-se da força do proletariado e da luta de classes em geral.

A ditadura solidificada pela unidade da burguesia e pelo franco apoio do imperialismo estava diante de um inimigo frágil e fácil de ser derrotado. Não teve muito trabalho para encantar o contingente de militantes do PCdoB deslocado para o Araguaia e empurrar os grupos armados para a hermética clandestinidade.

É preciso descrever e entender a situação em que a ditadura aperfeiçoou os métodos brutais e sanguinários para derrotar os opositores. As primeiras prisões e desaparecimentos ocorreram logo após o golpe. O destacado líder camponês e membro do PCB, Pedro Inácio de Araujo, da Paraíba e seu companheiro, João Alfredo Dias, foram assassinados sob tortura e nunca mais foram vistos. Em 1969, chegou a vez do operário químico, sindicalista, ex-militante do PCB e depois membro da ALN, Virgílio Gomes da Silva.

As prisões, torturas, desaparecimentos e falsificações da causa mortis de militantes de esquerda, sindicalistas e ativistas estudantis expressam uma combinação na forma de terror de Estado posto em marcha pelos órgãos de repressão. Mas é preciso ir mais além na denúncia dos crimes da ditadura. Trata-se da violência reacionária diretamente contra a classe operária. O denominado Massacre de Ipatinga prenunciou os acontecimentos de 1964. Em 7 de outubro de 1963, o exército metralhou uma multidão de operários da Usiminas, matando 7 grevistas e uma criança de colo.

O brutal ataque militar sobre operários desarmados põe à luz do dia o lugar das Forças Armadas e da polícia no capitalismo, que é o de preservar os interesses dos exploradores, exercendo a ditadura de classe da burguesia. Despejar uma bateria sobre grevistas pacíficos, torturar, matar e ocultar corpos de presos políticos são variações do mesmo método militar-policial. Certamente, não foram os generais do Brasil que inventaram o terror de Estado. A história da luta de classes mundial está repleta de exemplos.

Os explorados irão se deparar com toda sorte de violência sanguinária, enquanto perdurar o capitalismo. Mais precisamente, a classe operária e a maioria oprimida terão de vencer a ditadura de classe da burguesia com seus próprios métodos,

tendo à frente o partido revolucionário. É o que não compreenderam as correntes que foram à luta armada à margem dos explorados e os seus mártires que tombaram combatendo o regime militar. Trata-se de um grave erro confiar que está em andamento um processo de revelação da verdade histórica, inaugurado pela Lei 9.140/95, promulgada sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, que constituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, e esperar que se conclua com a Comissão da Verdade. O dossiê Direito à Memória e à Verdade reafirmou as informações da Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos e do movimento Tortura Nunca Mais, acrescentou outras, esclareceu casos, constituiu dados biográficos dos mortos e formalizou a responsabilidade do Estado, para fins de indenização das vítimas e familiares. Não se pode desconhecer, portanto, o valor informacional e de denúncia do dossiê. Uma de suas limitações é que não teve a atribuição de identificar os responsáveis, embora revele em alguns casos nomes de torturadores e assassinos. O Estado, sob mando do governo militar, que inclui todas suas instituições, entre elas a Justiça, soltou seus cães de guarda para fazerem o que quisessem, resguardados e acobertados pelo poder.



A resistência política dos militares no seio dos governos impediu que se avançasse um pouco mais no dossiê. A sabotagem tem sido pública. Não entregaram documentos, queimaram arquivos e destruíram provas. A Comissão da Verdade somente foi possível mediante uma série de concessões e capitulações do governo Lula e agora de Dilma.

Sobre os mortos da ditadura e a trágica derrota da oposição armada montou-se um teatro dos direitos humanos. Lula inventou que a Comissão da Verdade nasceu de baixo para cima, “do povo para o povo”. Fernando Henrique Cardoso ressaltou que não se pretende “botar ninguém na cadeia”, mas impedir que fatos como os que ocorreram não se repitam.” A única verdade nestas falas é a de que nenhum dos governos envolvidos na elucidação da violação dos direitos humanos pretendeu ou pretende punir os torturadores e assassinos.

Uma vez que se indenizou as vítimas, o máximo que se pode almejar é montar as peças do quebra cabeça dos atos e fatos ocorridos nos porões da ditadura, até onde os militares aceitarem. O Estado pagou pelas torturas e assassinatos e os familiares dos mortos se contentaram com os trocados. Esse caminho da “verdade” construído pelas forças políticas que estiveram na oposição – muitos deles, presos políticos, torturados e exilados – e que substituíram as do regime militar a partir de 1985 espezinham a memória revolucionária dos que tombaram em luta.

A palavra mágica do governo, dos ex-presidentes, do Congresso Nacional e mesmo de líderes do movimento dos direitos humanos é “reconciliação nacional”. A palavra contestadora do Clube Militar é “revanchismo”. Os homicidas advogam

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

que a “reconciliação” já foi estabelecida pela Lei da Anistia. Não há divergência quanto a isso, no âmbito institucional. O governo não pretende sua revogação. Um só obstáculo separa os militares e o governo: o que fazer com o caso dos desaparecidos?

O Brasil é signatário da Convenção dos Direitos Humanos da ONU, que diz que a tortura é imprescritível e o crime de ocultação de cadáver permanece contínuo. Existe uma pendência nesta questão. Como um País que não tem a estatura das potências – estas têm como manter seus crimes de tortura acobertados – pode manter sua assinatura na Convenção se corre processos contra ele na Corte Latino Americana dos Direitos Humanos sobre a ocultação dos corpos dos militantes assassinados no Araguaia? Por que na Argentina, Uruguai e outros países do continente se puniram alguns fardados e no Brasil, não?

O risco para os torturadores e assassinos está em abrir uma brecha jurídica na Lei da Anistia, que permita colocar no banco dos réus algumas patentes. Mesmo protegidos pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da Anistia, os oficiais não aceitam nenhuma imputação. Agora que a Comissão da Verdade foi constituída, com seus representantes ganhando cada um R\$ 11.179, 36, por dois anos, a pressão dos remanescentes da ditadura se dirigirá a condicionar o seu funcionamento.

Os militares exigem que os militantes também sejam investigados, por terem matado soldados e vitimado inocentes. Os fardados estão em seu papel de igualar a violência da ditadura com a violência dos seus opositores. Fraudam o choque de forças políticas que se manifestaram no golpe de 64. Deformam seu conteúdo histórico. E justificam que as torturas, assassinatos e ocultação de corpos corresponderam à defesa da liberdade contra o totalitarismo comunista.

É preciso rejeitar a posição de que a Comissão da Verdade é uma conquista “da luta de muitos brasileiros”, que foi uma criação “do povo para o povo” e que poderá ter um papel progressivo caso esteja sob pressão popular. Sua função, em primeira instância e sempre, será a de reconciliação nacional. Assim foi concebida por Dilma. Como um organismo do Estado, não trocará de conteúdo e objetivo políticos. A progressividade se acha no movimento democrático quando luta pela punição aos torturadores e assassinos. Por isso deve ser impulsionado. Mas como movimento democrático de setores da pequena-burguesia tende a permanecer no âmbito do que o poder burguês. Seu limite está em pressionar o Estado a tomar medidas de reparação e punição, não podendo assumir com suas próprias mãos a tarefa de punir os homicidas.

Ocorre que o regime militar e o regime democrático têm um fundo comum, que é a preservação da ditadura de classe da burguesia. Assim, não são na essência antagônicos, ainda que distintos. Não se deve desconhecer as distinções, mas também não se deve usá-las para ocultar a sua essência comum. Está aí por que o regime democrático - com seu Presidente eleito e seu parlamento funcionando - não tem como investigar a fundo os vinte anos de governo militar. A Comissão da Verdade não irá até a raiz dos acontecimentos históricos e ficará na superfície da ruptura política ocorrida no seio da burguesia brasileira. Não resta dúvida que deve ser pressionada pelo movimento social. A melhor pressão será aquela que denunciar a impotên-

cia da Comissão da Verdade perante o poder militar.

O POR chama os trabalhadores e a juventude a empunham com suas próprias forças a luta democrática pela punição dos militares e policiais que submeteram os presos políticos à sevícia, que os humilharam, que lhes arrancaram a humanidade, que os mataram, que forjaram suicídios e que desapareceram com mais de cento e cinquenta lutadores. Essas bestas não extraíram sua prepotência fascista de seu sadismo, mas sim da sociedade de classe - do Estado burguês e da propriedade privada dos meios de produção.

O desejo de que a Comissão da Verdade cumpra o objetivo de esclarecer a “verdade histórica” para que nunca mais o Brasil passe pelo inferno do regime militar é hipócrita e ingloria. Enquanto o capitalismo estiver de pé, enquanto a burguesia decrépita comandar as forças produtivas do País, os explorados estão sujeitos à barbárie. O exército e a polícia não mudaram sua natureza e sua função histórica de preservar a ditadura de classe da burguesia, porque se reconstituiu a democracia eleitoral. Recordemos que sob o governo de José Sarney os operários da CSN, que lutavam pelo salário, em 9 de novembro de 1988 pagaram com sangue a ocupação da fábrica. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 9 de agosto de 1995, a expulsão dos camponeses que ocupavam a fazenda Santa Elina concluiu com uma dezena de camponeses mortos. No ano seguinte, em 17 de abril de 1996, os camponeses que marchavam na BR do município de Eldorado dos Carajás foram impedidos a tiros, tombando 21 deles. A impunidade salta à vista.

Rechaçamos a separação entre as mortes legais promovidas pelo regime democrático e as mortes ilegais, pelo regime militar. Os porões apenas mudaram de endereço e se aperfeiçoaram. Neles, os agentes da repressão continuam a ser adestrados para combater com todas as armas possíveis a luta dos explorados e as suas organizações. Estão prontos a repetir os feitos da ditadura militar, desde que o poder da burguesia se desequilibre e que esteja ameaçado pelo avanço do proletariado.

Nesta luta pela reconstituição do passado, o fundamental está em despertar a atenção da classe operária para as reivindicações democráticas. Enquanto não dirigir os combates à burguesia e elevar sua consciência revolucionária, não será possível ajustar conta com os algozes de todo o povo oprimido. Estão melhorando as condições para o seu retorno à luta contra a exploração do trabalho. Partindo de suas necessidades e reivindicações, a classe operária poderá vir a constituir um Tribunal Popular, organismo de poder independente do Estado, capaz de se impor à burguesia e apurar os seus crimes.

Pela apuração de todos os crimes da ditadura militar!

Identificação dos agentes homicidas, facínoras e sádicos!

Pela punição aos torturadores, assassinos e coveiros das trevas!

Abertura imediata dos arquivos do regime militar!

Por um tribunal popular constituído pelos explorados!

NÃO HÁ OUTRO CAMINHO DE MANTER VIVA A MEMÓRIA DOS QUE MORRERAM EM COMBATE CONTRA A DITADURA MILITAR SENÃO LUTANDO PELA DERROCA DA DO CAPITALISMO E EDIFICAÇÃO DO SOCIALISMO!

20 de maio de 2012

Congresso Estadual da CUT- São Paulo

Um congresso de burocratas sindicais Responder com a política revolucionária

O CECUT/SP realizado de 16 a 19 de maio foi apenas para cumprir a formalidade dos estatutos da CUT. Contou com cerca de 800 delegados, a sua grande maioria era de dirigentes liberados dos sindicatos. Foi um congresso oposto à participação de operários, camponeses, servidores públicos, etc. Ocorreu durante a semana (quarta a sábado), num hotel-fazenda e distante da capital.

Na abertura, a CUT deu a tribuna para o direitista da Força Sindical elogiar os feitos cutistas de unidade na campanha contra a “desindustrialização” e na participação da Mesa Nacional Tripartite. A diretriz do CECUT girou em torno do “acerto político” das Centrais em torno da campanha em favor da “indústria nacional” e do apoio ao documento “Compromisso Nacional”, base material da Mesa Tripartite entre governo e empresários. Portanto, esteve sob a diretriz da política da conciliação de classes, materializada no apoio aos pleitos da Fiesp e nas negociações entre governo e capitalistas.

Tudo passou de faz de conta. Armou-se uma plenária para aprovar o regimento de funcionamento do Congresso, que previa grupos e as plenárias. Nos grupos, prevaleceu o corte de 20% para apresentação de emendas à tese oficial. Como os delegados foram com a missão de referendar a política da burocracia, não tinham interesse em discutir ou em ouvir posições divergentes. Encabreados pelos dirigentes de seus sindicatos, os delegados disciplinadamente retribuíram a recompensa de passar três dias numa estância. Quando manifestavam cansaços dos discursos, os burocratas os seguravam no plenário por meio do adiamento do horário das refeições, a exemplo do ato na abertura do congresso.

O Plano de Lutas aprovado é a síntese do que a Central já vem praticando: colaboração com o governo e os capitalistas e eleitoralismo. Assim a essência das reivindicações era: reforma política, reforma tributária, redução da taxa de juros, trabalho decente e intervenção nas eleições municipais de 2012. Estavam dispostas em três eixos: “Lutar por condições de vida digna...; Combater as políticas neoliberais do governo de São Paulo...; Fortalecer e avançar na organização e representação cutista numa perspectiva de liberdade e autonomia sindical”. Assim, a bandeira do salário mínimo se limitou a retomar o acordo da central com Lula de “valorização do salário mínimo”. Uma fórmula que combina crescimento do PIB e inflação de dois anos, que tem resultado no salário de fome. Em relação à jornada de trabalho, se restringiu ao slogan de “redução da jornada sem redução de salários”. Sobre a Previdência, referendou-se a campanha da CUT e da Força Sindical de fim do fator previdenciário. Aos camponeses sem-terra, a resposta foi a bandeira abstrata de “luta pela terra”.

Como se vê, não foi um congresso para preparar a resistência dos trabalhadores para enfrentar a crise e suas consequências, entre elas as demissões, a precarização do trabalho e o arrocho salarial. Não se tratava de fortalecer a luta dos camponeses pela ocupação das terras e pelo combate aos latifundiários assassinos. Foi um Congresso distraçionista e servil à política do governo Dilma.

Por outro lado, procurou “radicalizar” em palavras contra

o governo do PSDB de São Paulo. Responsabilizou-o de impor uma “visão neoliberal”, uma “agenda antipopular e recessiva” e que não possui mecanismos de “combate à crise, à pobreza e de elevação do crescimento”. A conduta só poderia ser esta: apoiar o governo de Dilma/PT e se opor ao de Alckmin/PSDB. O CECUT tinha o objetivo de potenciar a candidatura petista para São Paulo, o que implicava a crítica à oposição burguesa do PSDB.

A burocracia procurou dar ênfase na proposta de paridade das mulheres nos cargos da Central. A Corrente O Trabalho se opôs alegando que o problema não está na paridade homem/mulher, mas sim na política. A proposta de paridade foi aprovada e será encaminhada ao congresso nacional da CUT.

A classe operária, os camponeses e demais explorados devem rejeitar o congresso dos burocratas e defender a convocação de assembleias e de um congresso extraordinário de base para aprovar um plano de resistência à crise econômica, que vem golpeando os salários, os empregos e os direitos, e os métodos da ação direta para enfrentar os capitalistas e seus governos.

Corrente O Trabalho: das polêmicas à submissão

O agrupamento O Trabalho, revisionista do trotskismo, compõe a direção da CUT. Pôde, assim, ter sua “contribuição” publicada no caderno da tese oficial. No plenário, apresentou as polêmicas:

- 1) “Nenhuma parceria com os nossos exploradores”. Criticou a política da direção da CUT de assinar o manifesto com a Fiesp e Abimaq e de aceitar uma pauta comum com os empresários. Apresentou como resposta para “defender o parque industrial... é exigir do governo medidas de proteção aos trabalhadores e à nação, por exemplo, no caso de empréstimos subsidiados, impostos sobre a importação, centralização do câmbio para proteger a indústria nacional, criando uma taxa que iniba a importação de similares nacionais e outra taxa que permita importar o que a nação precisa (equipamentos, máquinas, etc)”. Essa corrente critica a conduta da conciliação com os patrões, mas pretende combater a crise econômica com medidas de proteção ao sistema capitalista. Vejam: empréstimos subsidiados, controle do câmbio, mecanismos de impostos aos importados, etc. Isso pouco difere da posição da burocracia cutista e de uma fração da burguesia nacional. Isso nada tem a ver com as reivindicações de proteção da força de trabalho: salário mínimo vital, emprego a todos, etc.
- 2) “Fora os patrões do 1º de maio”. Essa polêmica era um desabafo. Dizia: “Infelizmente, mais uma vez, voltamos ao congresso... levantando essa discussão. Recoloco a discussão em caráter de recurso aos delegados... e de reafirmar o caráter classista da CUT”. Nos grupos, a proposta foi rejeitada com o argumento de que não fazia parte do temário. Na plenária, houve a colocação e a posição majoritária foi a de aceitar o financiamento empresarial do ato do 1º de maio.
- 3) “convocação de uma marcha para Brasília, no segundo semestre”. Com o argumento de que era preciso pressionar o governo, defendeu a marcha. A proposta foi rejeitada com a justifica-

tiva de que era preciso ser aprovada pela CUT nacional.

Essas polêmicas não tinham o sentido de constituir uma fração opositora no interior da Central. Não passavam de diferenças de opiniões. Isso porque, logo em seguida, a corrente O Trabalho se juntou à Articulação e compuseram uma chapa única. Certamente, se se apresentasse com chapa própria não teria condições de estar na direção estadual, pelo número reduzido de delegados (cerca de duas dezenas).

Pequena participação da Corrente Proletária/POR

O congresso, como dissemos, era de burocratas. Os delegados foram eleitos sobre a base do apoio à política do PT. Onde houve uma pequena discussão, a exemplo no Conselho da Apeoesp, a Corrente Proletária não conseguiu os 20%, exigidos pelo estatuto da CUT. Não pôde ter sua tese inscrita no caderno oficial, porque o POR não faz parte da direção da CUT. Mesmo assim, compareceu ao congresso com o documento que publicamos abaixo. Expôs suas publicações e usou a tribuna para denunciar a lei antigreve, os processos contra os lutadores e a política de conciliação da burocracia sindical. Colheu assinaturas

Direção da CUT-PB não prepara trabalhadores para enfrentar a crise

De 24 a 26 de maio, foi realizado o XI Congresso Estadual da CUT-PB (CECUT), com cerca de 150 delegados. A tensão entre a direção burocrática, manejada pelo PT (articulação) e parte dos delegados de base ficou evidente nos corredores e grupos de discussão, mas tiveram pouco espaço na programação formal, que privilegiou as falas da direção da CUT nacional e estadual, governo estadual, Sebrae, Dieese, em palestras que desviaram o Congresso da tarefa de aprovar uma resposta dos trabalhadores à crise.

É criminoso, num contexto em que os efeitos da crise econômica mundial já começam a ser sentidos, com demissões, férias coletivas, precarização e destruição de direitos, chamar um burocrata do PT que está à frente do Sebrae para falar que não existe crise do capitalismo, mas sim dos estados, partidos e sindicatos, que seriam instituições ultrapassadas. Em vez de ouvir um plano de lutas para enfrentar a crise, dirigentes sindicais, que lidam com a miséria cotidiana, com o drama da seca e da precarização, são submetidos a esse bla-bla-blá.

Já o dirigente nacional da CUT, Aparecido Donizete, veio com a fala de que a crise não é do capitalismo, mas sim do neoliberalismo, ou seja, se o governo Dilma (para ele) não é neoliberal, aqui estamos imunes à crise. Na fala dos dirigentes petistas, repetiu-se a farsa de que o governo é do Brasil, portanto governa para todos, cabendo à Central aceitar esta realidade: “governo discute o que é bom para a sociedade, que inclui empresários, ruralistas, trabalhadores, cada um tem o seu papel”. Grande mentira, se o governo defendesse a “sociedade”, penderia para os trabalhadores, que são a imensa maioria do país, mas ocorre o contrário, o Estado defende os interesses de uma ultraminoria, dos patrões, dos capitalistas. Tal análise empurra os explorados a lutarem por mais “políticas públicas”, “projetos sociais”, “controle social”, migalhas de participação política e de divisão das riquezas produzidas pelos próprios trabalhadores.

Diante do governador Ricardo Coutinho (PSB), que usou o

para uma moção de repúdio aos processos contra os lutadores.

A divisão da CUT feita pelo PSTU e PSOL (Conlutas e Intersindical) enfraqueceu o combate à burocratização da CUT. O combate por fora da CUT, por meio da cisão, foi um dos maiores erros cometidos por um corrente que se autoproclama trotskista. É um dever da classe operária, dos camponeses pobres e dos explorados em geral denunciar as direções traidoras, defender as reivindicações e os métodos da luta de classes. A experiência com as direções conciliadoras tem de trazer como lição a necessidade de derrotá-las para que os sindicatos estejam a serviço dos explorados contra os exploradores e seus governos. Não temos dúvida que a burocracia está em choque com as necessidades das massas e estas se rebelarão contra a política de colaboração de classes. Cabe à vanguarda revolucionária trabalhar no seio do proletariado com o programa classista e desde lá combater a burocracia traidora. A emancipação dos sindicatos e da CUT será o resultado de um longo processo de luta de classes e constituição da direção revolucionária, cuja expressão mais acabada é o partido marxista, leninista, trotskista.

movimento sindical como trampolim para chegar ao governo, a direção da CUT restringe-se a lamentar a falta de negociações e implora por mais “diálogo”. Ora, a única voz que os patrões e seus governos escutam é a dos trabalhadores organizados de forma independente e com seus métodos de luta.

Outro absurdo presente nas falas da atual direção e até da oposição “Militância Socialista Sindical” (também do PT) é o deslumbramento com as redes sociais: “Já temos mais de 3 mil amigos no facebook”, comemora a porta voz da atual direção. Os trabalhadores não podem cair neste engano, mas sim recuperar seus métodos históricos de luta: as greves, piquetes, bloqueios, marchas, etc. Além disso, o fórum de discussão dos trabalhadores precisa ser real, com assembleias amplamente convocadas e sindicatos com democracia interna. Os trabalhadores paraibanos sabem que este é o caminho; no último período, houve greves de médicos, agentes do fisco, professores, servidores públicos, bancários, ferroviários e cobram que o apoio da CUT vá além de moções publicadas em seu site.

Imposto sindical

Apesar da campanha da CUT pelo fim do imposto sindical, ficou evidente o apego dos sindicalistas a este recurso, muitos manifestaram desacordo com a campanha, sem saber que a direção da CUT pretende substituir o imposto sindical por taxas definidas em assembleias. Como os burocratas manejam as assembleias e as convocam como e quando querem, certamente o dinheiro fácil, sem convencimento político da base, continuaria garantido.

Ainda sobre finanças, houve denúncias em plenário de recursos repassados em espécie a federações, sem prestação de contas e suspeitas de desvio. Em uma votação tumultuada, a direção conseguiu aprovar uma retratação de quem denunciou e sepultou a proposta de uma comissão eleita em assembleia para averiguar as denúncias.

O POR, mesmo atuando apenas com observadores, distribuiu um manifesto conclamando aos delegados que aprovassem uma resposta dos trabalhadores diante da crise e que recuperassem a independência política diante do governo e patrões. Foi a única proposta programática, mesmo a minoritária “Militância Socialista Sindical” (com 4 delegados) e o PCR (com 5 delegados dos sindicatos que dirigem: jornalistas e urbanitários) não apresentaram ao plenário um chamado à luta. O PCR não formulou nada e manteve-se neutro nos conflitos, alegando que, por ser o primeiro congresso em que participa, preferia ficar apenas como observador para atuar mesmo no próximo congresso, em 2014. Tal cautela se justificaria para não desgastar as relações com a própria burocracia cutista. Argumentamos que esta postura do PCR é equivocada. Em vez de se preocupar em preservar estas relações, a hora é de lutar pela vida das massas, duramente atacadas.

Abriu-se o espaço de uma hora de funcionamento de grupos de discussão (GDs) sobre “A CUT que queremos” e os militantes poristas atuaram em 2 dos 4 GDs. Em um deles, apesar da concordância de vários sindicalistas, as propostas foram filtradas pela burocracia petista. Alegavam que era redundante defender independência e falar isso poderia fazer parecer que a CUT não era independente. Diante da proposta contra as restrições ao direito de greve, chegaram a firmar que não há restrições ao direito de greve, mas como o governo representa todos, a lei de greve também precisa contemplar os interesses dos empresários. Em outro GD, parte das propostas do partido coincidiu com os anseios dos presentes, resultando em resoluções que foram levadas à plenária final, por exemplo: “Queremos uma CUT com independência política frente aos governos federal, estadual e municipal, que se coloque contra a fragmentação do movimento sindical e que trabalhe no sentido de aprofundar a democracia interna da central”. “Diante da crise econômica que já se manifesta e tende a se aprofundar, a CUT deve estabelecer um plano de luta pela garantia do emprego, dos salários e das condições de vida dos trabalhadores”. “Aprovação de uma moção de repúdio às perseguições e assassinatos políticos, tanto na cidade quanto no campo, com destaque a violência contra a mulher que se manifesta nos estupros e assassinatos, como por exemplo o caso de Queimadas”. Foram frequentes também os casos de sindicalistas que nos procuraram para relatar a corrupção da direção, dizendo que o presidente estadual está envolvido em fraudes em vendas de lotes da reforma agrária e de cobrança de “pedágio” para aposentadorias no meio rural. Assim como a falta de apoio efetivo

para as lutas que se desenrolam no estado. O conchavo para a composição da direção, de continuidade da atual burocracia enquistada, também foi denunciado.

A atuação do POR no Congresso Estadual da CUT se pautou pela necessidade de preparar os trabalhadores para enfrentar a crise e recuperar seus instrumentos de luta. O divisionismo é um desserviço à classe. A tarefa do momento é criar uma fração revolucionária no interior dos sindicatos e centrais e varrer a direção burocrática que amordaça os trabalhadores e serve de correia de transmissão aos interesses dos governos e patrões.

Como superar o atraso paraibano?

A partir dos dados trazidos pelo Dieese no 11º CECUT, podemos comprovar a manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinado, tanto do nordeste em relação ao sul-sudeste, quanto da desigualdade dentro do próprio estado. Assim, a riqueza e desenvolvimento de um país ou região se dá graças à manutenção do atraso e miséria de outro. O PIB total da Paraíba (dados de 2009) é de R\$ 28 mi, só 0,9% do PIB nacional e a renda per capita é de R\$ 7.618. Ou seja, a renda média mensal não alcança 1,3 salários mínimos. De 1995 a 2009, houve redução da participação econômica da agropecuária, com 5,9% e ampliação do comércio e serviços em geral, com 67,9%. A indústria participa com 22% das atividades econômicas, sendo os principais setores a indústria de transformação e a construção civil. Em uma população ocupada de 1.545.932, 64% vivem na informalidade, número que chega a 69,42% entre as mulheres negras. Sobre a escolaridade dos trabalhadores, o atraso é gritante: 17,53% não tem instrução e 35,38% possuem o fundamental incompleto ou equivalente. Só 7,96% concluíram o ensino superior. Tais dados foram suavizados pelo representante do Dieese, que mostrava que diante de estados mais atrasados, a situação nem era das piores e que gradualmente há melhorias, que devem ser continuadas com soluções desenvolvimentistas e reformistas. É preciso dizer com clareza que o atraso do nordeste se explica por uma lei de funcionamento do capitalismo, o atraso é cultivado e mantido pelas oligarquias, pela burguesia nacional e pelo imperialismo, sua superação será parte da libertação das forças produtivas contidas, processo que acompanhará a revolução socialista que expropriará os meios de produção e transformará a propriedade privada dos latifúndios e indústrias em propriedade coletiva.

Obs.: este artigo foi finalizado antes da votação da plenária final, no dia 26 de maio.

Congresso da CUT - Rondônia

O 14º CECUT da CUT Rondônia aconteceu nos dias 18,19 e 20. Contou com 126 delegados. Majoritariamente, os delegados eram da burocracia dirigente dos sindicatos do estado. A maior delegação foi dos sindicatos rurais, ligados à FETAGRO e ao Sticcero, operários das usinas, e Sintero, trabalhadores da educação.

O congresso foi centrado na eleição da CUT para o triênio de 2012 a 2015, na articulação de chapas. O resultado foi a constituição de uma chapa única, que teve na presidência o bancário Itamar dos Santos Ferreira, dirigente da central que se afastou para se candidatar a deputado federal pelo PT.

Os delegados se limitaram a referendar os pontos de tese da “Articulação Sindical”, que tem como objetivo apoiar a po-

lítica governamental de Dilma, e se armar para as eleições municipais desse ano. Portanto, não serviu para fazer um balanço das greves das usinas do rio Madeira e da luta dos camponeses pela terra. Não se colocou pelas campanhas contra lei de greve que puniu os operários de Jirau e Santo Antônio e contra os assassinatos no campo. Como foi um congresso de burocratas, a preocupação era distribuir os cargos na central entre os sindicatos. Resolvido esse problema, o congresso se diluiu nos discursos e falatórios de burocratas traidores.

A Corrente Proletária só pode intervir com seu boletim nacional e com a divulgação das publicações do partido revolucionário, dada às falcaturas dos burocratas na eleição de delegados.

PSTU E PSOL liquidam definitivamente a Frente de Esquerda em Natal/RN

PSOL e PSTU lançaram suas candidaturas no dia 18 de maio e sepultaram o processo democrático de construção de programa e candidaturas escolhidos em seminários deliberativos para frente de esquerda.

A Frente de Esquerda em Natal iniciou suas discussões a partir dos grupos de professores da UFRN que afirmavam serem independentes e objetivavam construir um “movimento maior que os partidos” e para isso convocaram todos os movimentos, ativistas e correntes políticas a participar. O POR atuou desde o primeiro seminário defendendo o método da democracia operária, de decisões coletivas bem como a independência política de todos os partidos. Já no III seminário, o PSTU compareceu com uma pequena militância (assim como nos anteriores) e afirmou seu rompimento com o processo de construção da frente. Em carta já enviada ao PSOL, afirmava seus “critérios” para a participação na Frente. Um deles, não podemos esquecer, era de que os seminários não fossem deliberativos e que fossem firmados acordos antecipados entre os dois partidos e os seminários serviriam apenas para homologar tais acordos sem direito a divergência. Na ocasião, o PSOL não aceitou e reafirmou seu discurso feito em outros seminários: que se submeteria as decisões dos seminários e não aceitaria nenhum acordo de cúpula. Com oratória inflamada, o PSOL criticou a postura dos centristas do PSTU que “pretendiam desprezar as decisões coletivas e fazer acordo de boteco” e que isso não aceitariam, pois seria admitir uma campanha em base a chantagem. Esse era o palavreado do PSOL, fielmente seguido pelo coletivo de professores da UFRN. Na ocasião foi apresentada uma resolução pelo PSOL e aprovada em seminário que dizia: *A FE adotará um funcionamento democrático e coletivo, tendo seus encontros, plenárias ou seminários, portanto, um caráter deliberativo entre todos aqueles militantes ou organizações que nela se integrarem, seja em relação às suas ações, programa eleitoral ou candidaturas.*

Tudo não passava de encenação! As negociações de bastidores se mantiveram, o quarto seminário não contou com o mesmo empenho de mobilização. O POR compareceu com sua militância e fez mobilização nos setores onde atua, mas os demais já demonstravam “corpo mole”. A preocupação do

coletivo de professores em não aprovar o programa e convocar outro seminário comprova-se agora como manobra para que desse tempo de acalantar o PSTU e assim cheguem ao acordo de cúpula. Evidenciou a vergonhosa atitude do PSOL de não realizar a plenária sob a alegação de não encontrar um local.

Após desmarcar o quinto seminário, o POR lançou um manifesto chamando o PSOL e PSTU a não romperem definitivamente com o processo de construção da frente. O discurso do PSOL de respeito às decisões coletivas eram tão falsos como o socialismo que pregam. Enfim os morenistas do PSTU e os reformistas do PSOL, depois de muita chantagem e ameaças nos bastidores, fecharam um acórdão de boteco.

O POR desde o início deu um combate a esse desvio político pequeno burguês do PSTU e PSOL. O acórdão montado em Natal/RN é expressão do eleitoralismo reformista do PSOL e dos morenistas do PSTU. Tivemos claro desde o início que para formar uma frente de luta onde a base das suas decisões fossem coletivas era necessário que houvesse uma grande mobilização das massas que obrigassem esses dois partidos (PSTU/PSOL) a romper com o eleitoralismo e empunhar um programa proletário.

Sendo assim, o POR afirma que, ao romper com a democracia operária, o PSTU e PSOL formalizam a “frente de esquerda” com o objetivo eleitoral. Esquivaram-se assim de uma intervenção que tinha como essência manter a independência de classe do proletariado e aglutinar todos aqueles que não se submetem à política burguesa.

Esses partidos rechaçam a diretriz a importância de atuar nas eleições com um programa anticapitalista e com a tarefa de chamar os trabalhadores, juventude, e demais oprimidos a combater a burguesia que hoje descarrega sua crise sobre nossas costas. Numa conjuntura onde avançam a repressão aos movimentos, greves são destruídas de uma só canetada pela justiça burguesa e com aval das burocracias sindicais, é dever dos revolucionários socialistas defender não um programa alternativo, mas o programa revolucionário de fim da propriedade privada. O PSTU e PSOL se uniram às costas da militância para se apresentarem nas eleições com a mais estúpida demagogia de melhorar a vida das massas por meio de votos.

PSTU e PSOL se amasiam para coletar votos

Não esperávamos que o PSTU e PSOL aceitassem constituir uma frente de esquerda baseada em um programa classista, em uma tática revolucionária e em candidaturas combativas e destemidas. Mas a experiência tinha de ser feita.

Dada uma disputa particular entre esses dois partidos que se dizem socialistas em torno das candidaturas e do tempo de cada um nos meios de comunicação, tornou-se possível convocar plenárias abertas com o objetivo explícito de conformar a frente de esquerda, segundo as decisões democráticas da militância e dos ativistas. O PSOL jogou alto. Seus líderes imaginaram poder se livrar das exigências do PSTU de selarem um

acordo de cúpula, trazendo-o para as plenárias. Porém, o seu aliado eleitoral concebe a frente de esquerda como unicamente possível se montada por meio de uma restrita confabulação de gabinete. Usamos a palavra “gabinete”; o PSOL, menos gentil, referia-se a “a acordo de boteco”.

O PSTU, no entanto, contou com a debilidade do PSOL, muito bem conhecida por todos os viventes da terra: não se submeteria a uma discussão programática com o POR e não tinha interesse algum em um partido não legalizado e avesso à caça de votos. O PSOL estava tão-somente blefando com cartas abertas. Somente por estupidez, o PSTU temeria a tola jogada.

Bateu firme: aqui não ficamos, aqui estaremos presos à armadilha do PSOL e fustigados pela artilharia do POR. Como rato esperto, cheirou de longe o queijo. O PSOL ficou desconcertado com sua fracassada sagacidade e procurou fugir de sua própria ratoeira. Inventou que não encontrara um local para realizar a plenária final e pôs fim à organização da frente de esquerda. O PSTU esperava ansioso para receber de volta o precioso aliado. Tinha certeza que não perderia a cartada decisiva. Não se tratava de intuição, mas de certeza racional. O PSOL em nenhum momento rompeu o excitante namoro com seu parceiro. Em algum local de Natal, continuaram a se encontrar a despeito das plenárias (denominadas de seminários, para dar ares acadêmicos).

Seria isso traição ou deslealdade com o POR? Conosco não, porque temos uma clara caracterização do reformismo e guiamos nossas relações com as correntes de esquerda por meio da luta política e da crítica. Mas entendemos que foi com a militância de base e com aqueles que convocamos a comparecer nas plenárias para discutir uma frente revolucionária. Mas não temos como exigir de ninguém que não esteja construindo o partido da revolução proletária que se guie pela moral revolucionária. Tão-somente assinalamos, por meio da experiência viva, que o PSOL e PSTU contraíram uma aliança promíscua típica de correntes pequeno-burguesas. PSOL mostrou-se como falsário, abandonando a plenária final de formação da frente. E o PSTU como um vencedor, que rechaçou a democracia das plenárias, obrigou o PSOL a debandar no finalzinho e que se mostrou disposto a constituir uma frente oportunista entregando aos falsários a candidatura de prefeito.

Robério Paulino se apresentou no noticiário de Diogenes Dantas externando felicidade por ter sido convidado a cumprir a nobre missão de disputar as eleições municipais pelo PSOL e, ao lado do PSTU, pela frente de esquerda. Defendeu a eleição de seu correligionário Sandro Pimentel e elogiou Amanda Gurgel, a musa do PSTU, desejando que também ingressasse na camada de vereadores. Natal precisa de um homem como ele, social-democrata, voltado aos pobres e disposto a dialogar com todos. Dialogar virou palavra chave, mágica, das

esquerdas. Dizem: dialogar com os trabalhadores em lugar do sectarismo. Mas Robério a usou no sentido mais laxo: dialogar com todos. A resposta contentou o entrevistador que indiretamente queria saber se na gestão de Robério haveria lugar para os empresários. Claro que sim: se eleito o candidato da frente seria prefeito de todos, embora privilegiasse a periferia. Quantas vezes ouvimos essa cantilena de petistas?

Qual seu programa para os transportes? Robério diz que irá constituir uma empresa municipal para concorrer com a privada. Acredita que assim os empresários se verão obrigados a melhorar os serviços prestados à população com tarifas mais baixas. Quanta demagogia, para quem nem bem se tornou candidato da frente. O que fará com a educação? Resposta: vai cumprir a lei do piso, melhorar o ensino com o período integral e valorizar os professores. Bela promessa, que se realizada nada muda. E a saúde? A intenção de Robério é “desprivatizá-la”. Aplicará mais verbas. Perguntado sobre as obras da Copa. Disse que gosta de esporte, mas que está em desacordo em privilegiar os empresários. Não disse uma palavra sobre as desapropriações que atingem as famílias pobres e os pequenos comerciantes. Como arrumará dinheiro se o Orçamento de Natal não alcança? Disse que vai aumentá-lo com o combate à sonegação, taxaão dos especuladores e coisa do gênero. Pelo visto, se Robério for eleito acha que encontrará dinheiro nos ricos para melhorar a vida dos pobres. Quanta hipocrisia! E para quê? Para conseguir votos da população oprimida pelos capitalistas e, em especial, por um punhado de famílias oligarcas que mandam e desmandam no estado do Rio Grande do Norte.

Nas plenárias de constituição da frente, combatemos essas posições e a verborragia reformista. O PSOL respondia que o programa apresentado pelo POR não “dialoga” com a população. Mas, agora, vamos dizer o que fará Robério, se eleito. Estará nas mãos dos partidos burgueses e da oligarquia dominante. Fará o que o que os representantes dos exploradores permitirem. Como se pode esperar, o PSOL e PSTU, com sua frente oportunista e eleitoreira, na campanha eleitoral, vão reproduzir as velharias do reformismo e as pieguices pequeno-burguesas.

Como responder ao problema das drogas

A “Marcha da Maconha” nos motivou expor a posição do POR sobre as drogas. Desgraçadamente, correntes de esquerda que se dizem trotskistas lançam confusão e distorções em nome do socialismo. Travam um cavalo de batalha em torno da bandeira de legalização das drogas.

Mais uma manifestação da Marcha ocorreu no dia 19/5, em vários pontos do País. Desde 2008, o movimento vem reivindicando a sua legalização. Depois de sofrer a proibição e ser reprimido pela polícia, obteve do STF o direito de manifestação, desde que não faça apologia das drogas e não sirva para o seu uso. Os seus organizadores e as correntes de esquerda apoiadoras acham que foi uma grande conquista. A bandeira da passeata desse ano foi: “Basta de guerra: por outra política de drogas”. O coletivo “Desentorpecendo a Razão” esperava reunir cerca de cinco mil manifestantes. Segundo a PM, compareceram mil e setecentos (geralmente, a polícia subestima).

Os promotores da “Marcha da Maconha” fazem de si a seguinte caracterização: “Somos um movimento social autô-

nomo organizado desde 2007 em rede pelo Brasil, de maneira horizontal, sem lideranças hierárquicas, e sem ligação com empresas, partidos políticos e grupos religiosos.” Defende “uma cultura de paz, informação, diálogo e ativismo”. Trata-se, como se vê, de um movimento de um setor restrito da pequena-burguesia, que vê na descriminalização e legalização das drogas uma saída para resolver a violência que cerca o seu comércio e consumo. Reivindica ao governo uma mudança na diretriz de combate às drogas.

O PSTU convocou sua militância para a Marcha da Maconha com a bandeira: “Para por fim ao tráfico e à guerra aos pobres, legalizar todas as drogas já!” Para se distinguir de posições como a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que é favorável à legalização, o PSTU afirma que seu “programa, pelo contrário, é uma política antiproibicionista do ponto de vista dos trabalhadores e da juventude pobre.” Também objetiva mudar a política de Estado: “Defendemos, além de descriminalizar o uso e o comércio das drogas ilícitas, legalizar

todas as drogas, colocando a grande produção e a comercialização sob o controle do Estado". Conclusão: "Assim, os lucros derivados da venda das substâncias psicoativas estariam voltadas aos interesses da população (...)"

O PSTU entende que a estatização da produção e do comércio das drogas porá fim ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e punirá os empresários do tráfico. Diz o ditado que "de boas intenções o inferno está cheio". Essa "boa" intenção, porém, não faz senão reproduzir pela esquerda uma das posições da burguesia.

O problema da "Marcha da Maconha" é que se funda na defesa do livre consumo das drogas. Está aí por que não as condena e não explica sua função no capitalismo. De nossa parte, fixamos uma posição de princípio sobre a utilização de substâncias destrutivas, física e moral, do ser humano. A política do proletariado socialista é a de superação dessa chaga do capitalismo.

Tomemos um exemplo elucidativo. Um dos problemas da Revolução Russa foi a necessidade de combater o alcoolismo, que se deu ao mesmo tempo nos planos cultural, educativo e coercitivo. O governo revolucionário tomou como uma das primeiras tarefas sociais a de libertar as massas russas do envenenamento alcoólico. ***Nenhum comunista verdadeiro defenderá ou se colocará sob a bandeira do livre consumo das drogas.*** Estamos, portanto, completamente em desacordo com o conteúdo do movimento Marcha da Maconha e o rechaçamos como reacionário. Também repudiamos a defesa que o PSTU faz do uso da droga. A bandeira da descriminalização e da legalização está edificada sobre o terreno da defesa do uso das drogas e não no da sua superação. Tanto com a proibição, quanto com a legalização a burguesia preserva a mercantilização das drogas e todas as nefastas consequências dos entorpecentes, bem como o imperialismo continuará a ditar a sua diretriz. Sem dúvida, é preciso explicar e rechaçar em cada situação concreta o uso que a burguesia faz da criminalização das drogas como um meio de atacar os pobres e a juventude.

É uma estupidez admitir que a estatização da produção e comercialização das drogas – do álcool à cocaína – pelo governo é a via de solução para a "guerra contra as drogas", a violência policial e o narcotráfico. Os "socialistas" do PSTU estão propondo ao governo que legalize o mercado das drogas, sob seu auspício. Pretendem que se mantenham como mercadoria, com a diferença de ser administrada pelo Estado. ***Está aí, consequentemente, a defesa do livre consumo de drogas.***

Setores do imperialismo e da burguesia brasileira – na voz de Fernando H. Cardoso – pleiteiam a descriminalização e a legalização para que os empresários, hoje narcotraficantes, falsários e criminosos, saiam à luz do dia como bons cidadãos que aplicam seu capital na fabricação de cocaína, cigarros de maconha, etc. e produtos sintéticos. Com essa medida, não fariam senão ampliar o mercado. Tomando como exemplo o fracasso da Lei Seca nos Estados Unidos, se advoga que é melhor para o capitalismo que se pague impostos, assim o Estado poderá destinar parte para os hospitais de desintoxicação e recuperação de viciados.

No futuro, talvez não muito distante, o imperialismo, a partir dos Estados Unidos, decida legalizar essa barbárie – o narcotráfico e o consumo das drogas são uma das manifestações da

barbárie capitalista. É preciso repisar essa verdade. Setores da burguesia brasileira aguardam a decisão dos Estados Unidos, premidos pela necessidade de aliviar seu déficit orçamentário, de se desfazerem dos gastos com a "guerra ao narcotráfico". Uma vez que as drogas são de fato uma mercadoria, já se impuseram e sua perspectiva promissora está na sua incorporação ao mercado livre. Ocorre que muitos capitalistas da ordem ganham com os capitalistas do narcotráfico, bem como seus representantes nos governos, nos partidos no parlamento, na justiça, no exército e na polícia. A economia das drogas se acha penetrada em todas as esferas da sociedade burguesa, de maneira que estabeleceu uma complexa rede de interesses. Esse é um dos motivos do imperialismo ainda não ter incorporado as drogas como uma mercadoria qualquer e anistiado a fração capitalista narcotraficante. Nota-se, portanto, que a legalização das drogas como meio de extinguir o narcotráfico e de dar um estatuto jurídico para os lucros desse negócio está colocada em discussão há algum tempo por setores do imperialismo.

A bandeira de legalizar e de estatizar desfraldada pelo PSTU está colocada no terreno burguês. É uma ilusão achar que com a legalização se estará defendendo milhares de jovens de irem para a penitenciária e obrigando o Estado a recuar na militarização dos choques de classes. É um grave equívoco pleitear a formalização do trabalho na indústria das drogas como resposta à tragédia do desemprego, da pobreza, da marginalidade e da violência urbana.

Mas como responder, então, à política de repressão aos usuários e aos miseráveis que se empregam no narcotráfico pelo Estado, política essa orientada pela diretriz norte-americana? Os dados mostram que as prisões estão repletas de jovens condenados por participarem do narcotráfico, enquanto que os seus chefes estão soltos. Os governos se utilizam da "guerra" ao narcotráfico para militarizar as favelas e bairros operários. Os Estados Unidos fazem o mesmo, para intervirem nos países da América Latina. O imperialismo é parte decisiva do problema.

A base da resposta consiste em firmar a posição de princípio e a estratégica. Trata-se de acabar com a fonte de opressão, flagelo e barbárie. O capitalismo na sua etapa imperialista, asentada nos monopólios e capital financeiro, dá lugar a todo tipo de decomposição social, entre suas manifestações estão produção, mercantilização, consumo das drogas cada vez mais amplo, narcotráfico e a violência reacionária promovida pelo Estado burguês. Assinalemos de passagem que as calamidades sociais do capitalismo são muitas: alcoolismo, prostituição, tráfico de mulheres, lixo pornográfico, tráfico de órgãos, etc.

O programa estratégico do proletariado para combater o flagelo das drogas, bem como todo tipo de flagelo, é o de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva. A construção do socialismo superará as taras, deformações e alienações potenciadas ou criadas pelo capitalismo. A experiência da Revolução Russa de libertação da população da dependência alcoólica é de grande valia. Para desenvolver a estratégia no seio das massas, há que conquistá-las à base de suas experiências, necessidades e reivindicações.

A imensa maioria explorada e oprimida rechaça as drogas nocivas, o narcotráfico e a violência. É preciso explicar-lhe que

a burguesia, seu Estado, seus governos e o imperialismo são os verdadeiros e únicos responsáveis por essa desgraça. Por isso, devem ser combatidos pelos explorados com suas próprias reivindicações. A juventude, mais suscetível às drogas (a de classe média, principalmente) e ao narcotráfico (a da classe operária), deve ser protegida com as reivindicações de emprego e escola a todos. Mostremos que o desemprego, a miséria, o baixo nível cultural e a mutilação mental aos quais os jovens estão submetidos os incentivam à vida do crime, e uma parcela definitivamente se perde na criminalidade, seja ingressando no narcotráfico, ou não.

O imperialismo é o responsável pelo narcotráfico – repita-

Denúncias

Greves nos transportes públicos

Há quase um mês que os trabalhadores dos transportes coletivos vêm realizando greves nas capitais no País. Nesse momento, ferroviários, metroviários e rodoviários de Belo Horizonte, São Paulo, São Luís, Natal, João Pessoa, Recife e Paraíba estão paralisados. Mas não há uma greve unitária desses setores. Embora, em algumas cidades, os três setores estão em greve, porém não há assembleias e manifestações conjuntas.

Se, de um lado, não há uma centralização dos movimentos por parte das direções sindicais, por outro há uma enorme sintonia entre o patronato para quebrar a resistência dos explorados. Os empresários e governo recorrem à Justiça para que aplique a Lei de greve (aviso da paralisação com 72 horas de antecedência, manutenção do funcionamento nos horários de pico, proibição dos piquetes, etc.). Esta impõe pesadas multas diárias, caso os sindicatos não obedeçam às ordens judiciais. A chamada Lei de greve tem se tornado um dos meios mais eficazes para derrotá-las. Isso porque as direções sindicais acatam a tal lei, ao invés de combatê-la com a força do movimento grevista. No caso do metrô, a Justiça obrigou o funcionamento de 100% nos horários de pico. No caso dos ônibus, a Justiça impõe que a frota esteja completa no período da manhã e no final da tarde. Com isso, fica assegurado o transporte e a greve fica a restrita a algumas horas do dia. Portanto, a greve nasce enfraquecida.

Apesar da Lei antigreve, os trabalhadores dos transportes têm mostrado disposição de luta para arrancar as reivindicações. É o caso de Belo Horizonte, com mais de 10 dias de paralisação.

Despontam greves em vários setores

Nos dois últimos meses, operários da construção civil de Fortaleza, das usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, das obras da Copa e de várias fábricas paralisaram a produção e exigiram reajuste salarial e garantia dos empregos. Os trabalhadores da saúde realizaram e realizam greves em vários estados reivindicando reposição salarial e melhores condições de trabalho. Os professores das universidades federais estão paralisados desde o dia 17 de maio, atingindo a maioria dos estados. Os estudantes da Unifesp há dois meses lutam contra as condições precárias de ensino. Como vemos, há um movi-

mos sem cansar. Não aceitamos que dite sua política antinarcótica aos países semicoloniais. Que os Estados Unidos comecem a resolver a produção de drogas sintéticas, provenientes dos grandes laboratórios, que liquidem o narcotráfico e ponham fim no seu gigantesco mercado. Não será a burguesia imperialista que assumirá essa tarefa. A classe operária norte-americana é a única força que pode enfrentar a profunda desintegração social desse gigante capitalista e dar um golpe mortal no narcotráfico. No Brasil, igualmente, é com o proletariado, os demais oprimidos e a juventude encarnando a luta anticapitalista e antiimperialista que combateremos a chaga das drogas, a militarização das favelas e a violência policial contra os pobres.

mento grevista em vários ramos, da produção aos serviços.

A razão é uma só: elevação do custo de vida e os baixos salários. O funcionalismo público vive um brutal arrocho e a eliminação de conquistas, que compunham o Plano de Cargos e Salários. Os preços dos produtos de primeira necessidade estão nas alturas e os salários que foram reajustados pela inflação de 2011 estão defasados, o que obriga os operários a exigirem antecipação salarial, aumento real e garantia dos direitos, que estão sendo arrancados pela precarização e flexibilização do trabalho.

Crise econômica e as medidas contra a classe operária

A crise abrange vários ramos da produção. O patronato vem respondendo com medidas que atingem os salários e os empregos. As multinacionais automotivas estão com os pés no breque. A Volkswagen adotou a semana de 4 dias e cortou dois sábados extras. A Mercedes-Benz impôs a licença remunerada por 30 dias até o dia 4 junho para quase 500 operários e férias coletivas de uma semana para outros. A Ford já havia acordado com a burocracia do sindicato 40 dias de parada da produção em 2012. Sendo que já adotava a semana de 4 dias. A Scania esteve paralisada uma semana em fevereiro e mais uma na semana do feriado de 1º de maio.

Enquanto os patrões saem em defesa dos lucros, os burocratas sindicais correm atrás da Fiesp e do governo na tentativa de agarrar alguma migalha. A classe operária tem de rejeitar a política servil de suas direções e exigir medidas contra o desemprego e o arrocho salarial.

Por uma campanha pela derruba da Lei antigreve

A lei de greve vem golpeando os movimentos e punindo os sindicatos com pesadas multas. Os burocratas sindicais têm acatado as exigências. Assim que a Justiça impõe as medidas antigreve, tratam de aceitar as propostas patronais para suspender os movimentos e as multas, como ocorreu recentemente com a greve da usina de Belo Monte. Os explorados vêm demonstrando disposição em não cumprir as decisões judiciais. Essa é a via para derrotar a tal Lei e combater a burocracia servil.

A defesa das greves contra a exploração dos capitalistas e dos governantes implica a luta ferrenha para pôr abaixo a lei repressiva contra o direito irrestrito de greve, manifestação dos trabalhadores.

A moção abaixo foi aprovada pelos professores da regional da Lapa, na reunião de representantes de escola, realizada no dia 24 de maio. Trata-se da campanha da Corrente Proletária da Educação contra os ataques dos governantes e reitores de universidades contra os lutadores.

Moção contra os processos e a perseguição política

Diante do afastamento dos companheiros que dirigiram a greve dos professores municipais de Ilha Bela, da expulsão dos estudantes da USP que defendiam a moradia e dos processos sobre 50 alunos da universidade que lutavam contra a presença da Polícia Militar no campus e dos processos sobre 48 estudantes da Unifesp que reivindicam melhores condições de ensino, os professores presentes na reunião de Representantes de Escola da Apeoesp (RE) se colocam pelo fim de todos os processos sobre os lutadores e pelo retorno dos estudantes que foram expulsos. Posicionam-se pelo direito irrestrito de greves e manifestações.

Os processos e expulsões de lideranças do movimento estudantil e docente não constituem um fato isolado. Fazem parte da ofensiva repressiva do Estado contra a luta dos explorados por terra, moradia e por salário e emprego. Combinam com as leis antigreve que multam os sindicatos e penalizam suas direções. Assim, os professores presentes no RE se posicionam em favor da luta dos oprimidos e combatem a brutal repressão que vem sendo desfechada pelos governantes.

Obs.: a assembleia de estudantes da USP também aprovou moção contra a repressão em Ilha Bela.

Depoimentos de estudantes da USP ameaçados de eliminação são adiados

No dia 16 de maio, começariam os depoimentos dos estudantes que estão sendo processados pela reitoria da USP. A acusação se baseia em um decreto de 1972, época da ditadura militar, e, sem qualquer julgamento, já informa de antemão a pena de eliminação da universidade. Isto significa que os estudantes nunca mais poderão ter qualquer vínculo com a universidade, seja ele acadêmico ou trabalhista. A assembleia de estudantes tirou um ato para esse dia, com uma passeata até a procuradoria geral disciplinar da USP, onde ocorreriam as oitivas. O ato foi unificado com as universidades estaduais paulistas, que trouxeram diversos estudantes e representantes dos sindicatos de professores e funcionários. A passeata contou com mais de 500 pessoas e parou todas as vias por onde passou. Teve papel importante, pois os depoimentos marcados para este dia foram adiados pela burocracia universitária.

A força deste ato não voltou a se concretizar na semana seguinte e os depoimentos dos dias (22 e 23) se efetivaram. Mesmo com poucas dezenas de estudantes, foram fechadas duas das quatro faixas da avenida em frente à procuradoria, enquanto os estudantes depunham. De tudo que foi feito até agora, a prática mostrou que somente as manifestações massivas e a ação direta é que têm surtido algum efeito contra a repressão.

Outros depoimentos já estão marcados para os dias 29 e 30 de maio e 5, 12 e 13 de junho. Nestes dias haverá também depoimentos de funcionários da USP que estão sendo perseguidos politicamente: a maior parte da diretoria está sendo processada, ameaçada de demissão por justa causa, devido a alguns piquetes feitos em greves passadas.

A repressão é tamanha que, mesmo a diretoria da associação de docentes da USP (ADUSP), que tem apenas mandado representantes aos atos e que foi contra a ocupação da reitoria no ano passado, está



sendo processada por denunciar que o reitor Rodas comprou um tapete para a reitoria com um preço absurdo de 32 mil reais! E a velocidade dos processos também tem sido grande: a diretoria do Sindicato dos trabalhadores da USP (SINTUSP) já está sendo chamada a depor devido à pichações feita por estudantes no prédio da procuradoria geral disciplinar da USP no ato do dia 16/05/12.

O movimento estudantil da USP, que no final do ano passado, conseguiu levar mais de 6.000 manifestantes para as ruas do centro de São Paulo e que fazia assembleias com mais de 3.000 estudantes, encontra-se hoje paralisado pela direção do DCE. Diante da ameaça de eliminação dada por um reitor que usa explicitamente o descumprimento da “moral e os bons costumes” para punir, a gestão do DCE, composta por uma aliança do reformismo (MES-PSOL) e do centrismo (PSTU), não responde. Leva aos estudantes à discussão distracionista de “democracia na USP” em detrimento de uma política clara contra a repressão. Em meio a punições equiparáveis, em número, aos da época da ditadura militar, joga o essencial de suas forças para construir um congresso estudantil que discuta um “plano alternativo de segurança”, “diretas para reitor” e “estatuinte”. A gestão, que conta com mais de 300 diretores, mandou apenas alguns olheiros para o ato do dia 23 e não participou da última reunião do comitê unificado de luta contra a repressão. Na assembleia de estudantes da Unifesp Guarulhos de 24/05, não disse sequer uma palavra sobre os processos, manifestando apenas apoio à luta estudantil na universidade federal.

A Corrente Proletária Estudantil tem defendido sistematicamente o método da ação direta. A luta contra a repressão e contra a presença da PM no campus é central para o movimento. Reverter as eliminações é imprescindível. A greve unificada dos três setores, a ser organizada, é essencial para isso. Os atos de rua devem cumprir o papel de levar esta luta para além da universidade.

Bahia

Greve nas Universidades Públicas e Institutos federais se fortalece

A greve nacional dos docentes das instituições federais de ensino superior iniciada em 17/05 com 33 universidades cresce em todo o país e já comporta a adesão de pelo menos 44 universidades e institutos federais. Recentemente foi a vez da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da UNIFESP fortalecerem o movimento grevista. A federal de São Paulo realizou uma assembleia considerada histórica pelo número de professores, destacando-se pelo fato de que os estudantes de algumas unidades já se encontram em greve. As reivindicações dos estudantes têm uma consonância com a pauta dos docentes, sobretudo, em rechaçar as consequências da “expansão” via REUNI (Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais). Os estudantes lutam por mais restaurantes, moradias estudantis, melhores condições do espaço físico, e outras reivindicações. O governo ampliou o número de vagas e não construiu as condições objetivas para suportar o projeto de expansão das universidades públicas.

No dia 22/05, o comando nacional de greve divulgou uma nota

Docentes lutam por condições salariais e de trabalho, contra os projetos do governo Dilma (PT) para a Universidade Pública

Os ataques aos docentes e à educação pública

É importante contextualizar a greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deflagrada no dia 17/05/2012, por tempo indeterminado, que iniciou com a adesão de 33 instituições federais e, atualmente, já conta com a quase totalidade. Após uma década sem greve, os docentes se levantaram contra os projetos em curso ou já aprovados pelo Congresso, contra as condições de remuneração e de trabalho impostas pelo governo Dilma/PT, bem como contra o processo de desagregação das universidades. O que demonstra as insatisfações e a capacidade de luta dos docentes.

A realidade das IFES é de precarização e intensificação das atividades docentes, salas de aula lotadas, déficit de professores, aumento médio de 40% do número de horas em sala de aula, escassez de bolsas de pesquisas e extensão, corte de verbas na educação nos dois últimos anos, etc. A expressão mais cabal dessa situação foi a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ainda no governo Lula (PT). A expansão das Federais foi desordenada, sem base material para pleno funcionamento. Vinculou o recebimento de verbas a uma série de metas a serem atingidas, sem a correspondente ampliação do quadro docente. Impôs uma incompatível relação de oferta de vagas com as condições de docência. Um dos pilares do REUNI é o de excesso de trabalho e baixa remuneração.

O corte de recursos que Dilma fez no início de 2012, de 55 bilhões, sendo 1,9 bilhão só na educação, piorou ainda mais o funcionamento das IFES e do trabalho docente. A dureza do governo de Dilma para com os servidores públicos federais tem se refletido em ajustes, congelamento de salários e embromação nas mesas permanentes de negociação. Portanto, a única saída que os docentes encontraram foi a deflagração da greve. Está colocado o objetivo de derrotar os projetos do governo, que tem cumprido fielmente os acordos com o capital. Quase 50% de todo o Orçamento público federal é usado para pagamento da dívida pública, enquanto a educação, a saúde, a moradia

esclarecendo “por que os professores (as) das Instituições federais estão em greve”? O texto afirma que há anos os professores lutam pela reestruturação do plano de carreira e pela melhoria das condições de trabalho nas instituições Federais. Várias entidades enviaram notas de apoio à greve dos docentes, particularmente, entidades estudantis, que reconhecem a justeza das reivindicações quanto à intensificação do trabalho. Há cinco anos, o REUNI começou a ser implantado e imediatamente foi questionado pelo movimento estudantil, que ocupou várias reitorias e foi duramente reprimido pelas burocracias universitárias.

O ministro da Educação, Aloísio Mercadante, fez pronunciamento afirmando que foi precipitado o movimento de greve dos docentes da universidade, uma vez que estava em negociação. Ocorre que o debate sobre carreira vem se arrastando desde 2010. A greve foi motivada por acordo não cumprido.

Publicamos abaixo o documento da Corrente Proletária da Educação/POR, divulgado no movimento grevista

e os salários dos trabalhadores sofrem as maiores privações. Além disso, o governo tem imposto uma política de favorecimentos aos empresários do ensino privado, fortalecendo a expansão deste setor e a desnacionalização da educação, com a entrada do capital internacional na exploração do ensino privado.

Antes da deflagração do movimento grevista, foi aprovado um conjunto de atividades. Nos dias 14 e 15 de maio, ocorreu uma jornada nacional de assembleias para a deflagração da greve em cada IFES. No dia 15, ocorreu a reunião do Grupo de Trabalho (GT) de carreira docente com as entidades e o governo. No dia 16, aconteceu a reunião do fórum de entidades nacionais dos Servidores Públicos Federais com o governo (MPOG /SRT). E, no dia 17, foi instalado o Comando nacional de greve dos docentes das IFES na sede do ANDES/SN, bem como o dia nacional de mobilização e paralisação dos Servidores Federais.

O anúncio da greve pelo Andes fez o governo forçar o Ministério da Educação (MEC) a transformar em caráter de urgência o Projeto de Lei 2203/11 em Medida Provisória 568/12, concedendo 4% de reajuste aos docentes, como parte do acordo firmado em 2011. O objetivo foi claramente de desmobilizar. A Medida Provisória 568/12 foi publicada no diário oficial da União no dia 14/05, tendo o mesmo conteúdo do Projeto Lei. O texto mantém os adicionais de insalubridade e periculosidade congelados. O que causou uma revolta entre os servidores que recebem esses adicionais, já que contrariavam o Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos (Lei 8.112/90). Isso porque o governo transformou eventuais diferenças em vantagens pessoais nominalmente identificadas (VPNI), que serão absorvidas em futuros reajustes, promoções e reestruturações de carreira, provocando de fato um congelamento desses adicionais.

Após 10 anos, docentes deflagram greve

A decisão pela greve foi tomada na reunião do setor das IFES, dia 12/05, na sede do Andes/SN. Foi aprovada sem nenhum voto contrá-

rio: 33 votos a favor e 3 abstenções. Nessa reunião, estiveram presentes 60 participantes, representando 43 IFES. No momento da votação, estavam presentes 36 instituições.

As principais reivindicações dos docentes são a reestruturação da carreira, o cumprimento do acordo firmado em 2011, a carreira única para o magistério superior (MS) e para os docentes da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT), a incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre os níveis e percentuais de acréscimo relativos à titulação e regime de trabalho.

Há reivindicações no que tange às condições de trabalho: insalubridade, periculosidade, ambientes estressantes, falta de material, instrumentos inadequados para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão, violência e assédio moral. Há também reivindicações específicas de cada instituição mediante a elaboração das pautas locais.

Governo Dilma e MEC enganam os docentes

O debate da reestruturação da carreira vem acontecendo sem grandes avanços desde 2010, de maneira que foram protocoladas até o momento quatro propostas de carreira, a saber: ANDES/SN, SINASEFE, PROIFES e GOVERNO. Contemplam inúmeros tópicos, entre eles desenvolvimento na carreira, aceleração de progressão/promoção, regimes de trabalho, dedicação exclusiva, etc.. Não se trata apenas da discussão e aprovação da reestruturação da carreira docente, mas também da defesa da universidade contra sua degeneração e as imposturas acadêmicas preconizadas pelo governo. A greve se contrapõe à fraude governamental da expansão da universidade pública. De um lado, cria-se instituições federais sem as mínimas condições, de outro, fortalece a universidade privada, que domina completamente a educação superior. Responsabiliza os docentes pela decadência da universidade. Impõe-lhes avaliações de desempenho, que acirra mais ainda a competição entre professores. O currículo Lattes se tornou uma arma do Estado contra o trabalho docente. O governo conta com o Proifes para defender o Reuni. A posição do Andes se aproxima da do SINASEFE, contrapondo-se ao projeto de universidade do governo, compromissado com os capitalistas do ensino.

As mesas de negociação têm servido ao governo para ganhar tempo e enganar os docentes. Enquanto se discute interminavelmente, o governo avança com a política educacional de incentivos ao capital privado nacional e internacional. Nesse sentido, o governo conta com a ajuda das direções dos sindicatos ligados ao Proifes, que, além de direcionarem toda a sua política à defesa dos projetos do governo de privatização, criam obstáculos para a organização das oposições sindicais, com o controle burocrático dos sindicatos, apoiando-se em setores despolitizados e conservadores.

Organizar as oposições, lutar em defesa da educação

A greve vem mostrando a disposição de luta das bases e o poder

Bahia

Greve dos professores da rede estadual continua firme e resistente a truculência de Jaques Wagner (PT)

Há mais de 40 dias, os professores da rede estadual da Bahia, tanto da capital como do interior, encontram-se em greve, mesmo com seus salários cortados desde abril e as pressões concentradas do governo e da imprensa contra o movimento grevista. Decidiram em assembleia realizada no dia 22/05/12 pela continuação da greve, e, semanalmente, o movimento tem realizado atividades permanentes, reuniões nas

de reação dos docentes e servidores federais frente aos ataques desferidos pelo governo. Até mesmo nos sindicatos influenciados pelo Proifes (Fórum de professores de Instituições Federais do Ensino Superior) como Adufg (Goiás), Adufms (Mato Grosso do Sul) Adufrgs (Rio Grande do Sul), Adufscar (São Carlos), APUB (Bahia) e Adurn (Rio Grande do Norte) e Adufc (Ceará), as direções burocráticas e governistas têm sofrido fortes pressões da base para deflagrar a greve. As direções destes sindicatos afirmam que a greve está descartada até o final das negociações com o governo, mesmo sabendo que o acordo firmado foi descumprido e os ataques à universidade pública estarem sendo executados. A direção do Sindicato da Federal do Rio Grande do Norte publicou uma nota contra a vontade da base de discutir a greve na instituição. A direção da APUB da UFBA, abertamente governista e conciliadora, tem utilizado todos os recursos contra as paralisações, inclusive difamando a Oposição APUB-LUTA e atacando os companheiros do sindicato APUR-Recôncavo Baiano ligado ao Andes, que se encontra em greve.

Convém destacar que o Proifes se constitui a partir de uma divisão na base do ANDES, quando esta entidade nacional se desfilhou da CUT e se filiou ao CONLUTAS. O grupo que constituiu o Proifes tentou tomar a direção do ANDES, não conseguindo, rompeu e formou outra entidade, que se transformou em caixa de ressonância do governo federal. Não por acaso, o Proifes nasceu burocratizado - transformou as assembleias presenciais em discussões *on-line*. Impossibilita, assim, a democracia sindical e a presença de oposições em seu seio.

A luta contra a divisão do Andes e a direção pró-governamental do Proifes é fundamental para a defesa da greve unitária. Um dos males terríveis no movimento dos explorados é o divisionismo. Lembremos que a Corrente Proletária da Educação/POR se opôs à política do PSTU de dividir a CUT e, portanto, desfilhar o Andes. É preciso que os grevistas lancem a bandeira de greve geral, unitária e combativa de todas as universidades federais. É necessário que formem os comitês de mobilização e que estes se desloquem para as unidades controladas pelo Proifes e que não estão paralisadas.

A Corrente Proletária da Educação/POR convoca os estudantes e professores para uma frente única de defesa da universidade pública e pelo fim da universidade privada, por um sistema único, público, gratuito e científico, controlado por quem trabalha e estuda.

Todo apoio à greve dos docentes das instituições públicas de ensino superior! Pela unidade grevista dos docentes, servidores e estudantes! Que o governo atenda a todas as reivindicações! Abaixo a desnacionalização do ensino e a política privatista do governo federal! Contra a burocracia sindical, por sindicatos independentes dos governos e partidos burgueses! Rechaço ao divisionismo! Nada de mesa de enganação, apostar na nossa força da greve, nos métodos de ação direta (assembleias, plenárias, paralisações, manifestações)!

zonais, passeatas, assembleias e manutenção da ocupação na Assembleia legislativa (AL), panfletagens, feiras, atos de solidariedade e outras ações retiradas nas zonais.

O governo tem endurecido com a categoria, divulgando que só fará o pagamento de abril e maio se os professores retornarem às salas de aulas, sendo que até o momento não sinalizou com qualquer pos-

sibilidade de diálogo com o movimento. Os professores continuam com toda disposição de luta e o seu lema atualmente é esse: “a greve continua, professor consciente na teme a luta não teme corte”.

A direção da APLB lançou uma carta explicando as motivações da continuidade da greve salientando que o principal motivo se refere ao não cumprimento pelo do acordo assinado em novembro de 2011 com prazo expirado em janeiro de 2012, que previa a garantia a todos os professores da aplicação do percentual de 22,22%, referente ao Piso Salarial Nacional Profissional (PSNP). Afirmam que o governo descumpra as leis federais ao aplicar leis estaduais retirando conquistas históricas dos ativos e aposentados resultantes de muitas lutas da categoria. Não cumpre o que está previsto no FUNDEB, ou seja, não se aplica os 60% do Fundo para valorização do magistério. Foi aprovado ainda na assembleia legislativa uma lei prevendo reajuste entre 2% a 4%, a serem pagos em 2013 e 2014, porém retirando gratificações e outras conquistas da categoria adquiridas há muitos anos. Foram estampados os retratos dos parlamentares que votaram no projeto lei considerados como inimigos da educação baiana. Vários destes eram do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outros da dita “esquerda”.

Os professores têm realizado campanhas para arrecadar alimentos para aqueles professores que estão em dificuldades, pois, o corte feito por Wagner atingiu inclusive os aposentados e os que se encon-

Bahia – Greve dos Rodoviários

A categoria mostra a sua força em toda a Bahia

No dia 23 de maio, foi deflagrada a greve dos rodoviários no Estado da Bahia. A decisão ocorreu em assembleia realizada no dia 22/05, após várias rodadas de negociação entre o sindicato e o patronato, convocadas pelo ministério público do trabalho. A greve conta com uma adesão de 100% da categoria da capital e intermunicipal. Foram organizados piquetes para que ninguém saísse das garagens das empresas. A categoria levantou a bandeira da campanha salarial de 2012, participou de nove rodadas de negociação sem qualquer sucesso, decidiu a partir da ação direta lutar por aumento real de 13,8%. Nessa campanha salarial, o sindicato reivindica a qualificação e valorização dos trabalhadores rodoviários, pagamento do quinquênio e o aumento na quantidade e valor dos tíquetes-alimentação.

A categoria tem denunciado as condições de salário e de trabalho, reivindicado melhor atendimento de saúde, uma relação mais humanizada nas garagens, pois há veículos sem adequação ergonômica que compromete a saúde do motorista, situação agravada pelas péssimas condições das vias públicas de Salvador e do Estado, constantes assaltos dentro dos veículos e outros graves problemas.

Diferentemente de outras greves, os trabalhadores encontram

Rondônia

O governo Confúcio e seus lacaios quebraram a greve da saúde

A greve na saúde iniciou forte e teve a duração de 26 dias. Sobre pressão do governo, do secretariado e da Justiça, a greve foi suspensa com a aceitação de apenas 7,5%, divididos em três parcelas - 2,5% em agosto, 2,5% em outubro e 2,5% em março de 2013. Somados aos 6,5%, o reajuste foi de 14%. Houve a aceitação de pagamento dos dias parados por meio de mutirão. E o governo demagogicamente assumiu o compromisso de finalizar o estudo do Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações (PCCR), em 150 dias.

Para pressionar os grevistas, o governo usou Tribunal de Justiça, o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, o chefe da Casa-Civil (Juscelino Amaral), o secretário estadual de Saúde (Gilvan Ramos), o secretário de Administração (Rui Vieira) e a procuradora-geral do

tram em licença médica. A medida adotada pelo governo atenta contra a vida dos professores ativos e aposentados e limita ainda mais o já restrito direito de greve. A imprensa burguesa todos os dias criminaliza e difama a greve dos professores, colocando a população contra o movimento, não dando qualquer possibilidade de resposta aos grevistas. Chega a apelar aos pais, crianças e jovens, que pretendem prestar vestibular no final do ano, para pressionarem os professores que voltem às aulas.

A educação na Bahia apresenta os piores índices de precariedade e aprendizagem. Houve um intenso processo de sucateamento: prédios escolares sem as mínimas condições de funcionamento, insuficiência de recursos materiais, falta de professores e demais trabalhadores da educação. Um número significativo de professores no Estado da Bahia atua no Regime especial de direito administrativo (REDA) e Prestação de Serviços Temporários (PST). Há um descaso muito grande do governo petista para com a educação, que tem piorado cada vez mais os índices de analfabetismo e baixa escolarização.

A Corrente Proletária luta pela vitória da greve dos professores, reafirmando a justeza das reivindicações, participando das atividades gerais e das reuniões da oposição à direção da APLB, panfletando notas, boletins da corrente proletária, denunciando a política truculenta e criminalizadora de Jaques Wagner (PT).

mais radicalizados, não cumpriu nem no primeiro e no segundo dia a determinação da justiça de rodar 40% da frota nos horários normais e 60% nos horários de picos, apesar da multa imposta ao sindicato. A frota mínima exigida pela justiça não foi às ruas nos dias de greve. Estava prevista uma reunião para o dia 28/05 para julgamento do dissídio, mas dada a radicalização da categoria e a pressão dos meios de comunicação e dos empresários, o julgamento foi antecipado pela Justiça do Trabalho para o dia 25/05. Os sindicatos patronais estavam oferecendo uma proposta de 4%, porém a categoria não aceitou e diz que só aceita se chegar ao menos em 11% dos 13,8% inicialmente exigidos.

Em razão da greve, o terminal rodoviário cancelou todas as passagens, foram suspensos os 540 horários oficiais de ônibus que saem da rodoviária de Salvador. A única alternativa para a locomoção foram os transportes considerados clandestinos pela Agência estadual que Fiscaliza Transporte (AGERBA) e a Transalvador que decidiram liberar os clandestinos. A categoria mostra, dessa forma, a sua força social, na medida em que indica aos patrões que não cederá à pressão da imprensa, da justiça burguesa e das empresas.

estado (Rejane Sampaio). Como porta-vozes do governo, a juíza Duília Sgrott Reis, que presidiu a negociação, pediu aos sindicalistas da saúde que tivessem bom senso e não fizessem manifestações, pois “o maior prejudicado é a população que precisa dos serviços”. Outro abutre foi o promotor, Hildo Chaves, que coordena a comissão da saúde pública, que declarou: “Todos temos o direito de nos manifestar, mas às vezes o meu direito infringe o do outro. Na saúde isso é um risco, são vidas em jogo”. Como se vê, houve uma orquestração dos serviços que se colocou pela quebra da greve.

Os servidores grevistas tentaram sensibilizar a população. Lançaram uma carta com um pedido de apoio, que dizia: “Já não aguentamos mais ver tanta angústia e permanecermos calados. Queremos

compartilhar com vocês amigos e amigas usuários do SUS nosso sofrimento. A saúde está um caos e todos sabem disso, o único que não está preocupado em resolver o problema dos pacientes e dos servidores é o Governador Confúcio Aires Moura ...A greve foi inevitável... não aguentamos mais trabalhar no pior hospital do Brasil, que é o Hospital Pronto Socorro João Paulo II, não queremos mais atender nossos “irmãos” no chão. Nossos hospitais estão completamente sucateados, está faltando medicação, materiais para uma boa assistência

Publicamos trecho do boletim da Corrente Proletária na Saúde de Fortaleza-CE **Balanco da Campanha Salarial de 2012**

A campanha salarial deste ano apresentou pontos importantes que se diferenciam das campanhas anteriores. Podemos afirmar que a categoria deu um grande salto em termos de organização política e ação direta, enfrentando-se com sua direção sindical (SINASCE/Majoria PT). Diretamente atrelada aos interesses do governo municipal (Luizianne Lins/PT).

Os Agentes de Saúde e Agentes de Endemias, que ganham uma miséria de R\$ 650,00 e trabalham quase sem equipamentos de proteção, não cederam às ameaças do governo burguês (dos patrões) de Luizianne Lins/PT e seus aliados (PMDB, PC do B, PSB, PV, PTN etc) e fizeram uma greve de dois meses na capital. A Prefeitura, porém, numa atitude covarde, vingou-se do movimento, retirando da Câmara de Vereadores a mensagem que aprovaria o acordo da campanha salarial 2011, o PECS (Plano de Emprego, Carreiras e Salários), além de efetuar os descontos da Indenização de Produtividade de Campo (R\$ 95,00), do Auxílio Refeição (R\$ 119,50) e do Vale-Transporte (R\$ 37,32). O Vale-Transporte que foi descontado, até hoje não foi creditado! Um desconto de mais de R\$ 251,82 que a Prefeitura do PT enrola e não quer devolver aos trabalhadores.

Durante a greve de 62 dias, a categoria se manteve unida e fortalecida, contra a vontade da direção cutista e governista do nosso sindicato. O movimento dos ACS e ACE, porém, arrancou apenas algumas migalhas: acréscimo de R\$ 28,00 no salário base; indenização de campo de R\$ 7,00/dia que passará a R\$ 8,00 em setembro/2012 para ACS. E para os ACE R\$ 11,00/dia que passará a R\$ 12,00 em setembro/2012 e aprovação do PECS. Apesar do reajuste insatisfatório, sem esta luta, os trabalhadores teriam ficado apenas com os humilhantes R\$ 10,00, como pretendia a Prefeitura.

Outro ponto que merece destaque é a postura da atual diretoria do SINASCE na desorganização do movimento grevista. Apesar de existir um comando de greve, na prática ele não funcionou. Não houve mobilização nos postos de saúde e tão pouco nos Pontos de Apoio. A experiência demonstrou qual o caminho a ser tomado. Não devemos

e profissionais de diversas áreas para prestar assistência a você... queremos melhores condições para atender”.

Os trabalhadores da saúde mostraram disposição de luta, mas não tiveram força para combater a corja que sustenta o estado. Não pôde ganhar o apoio efetivo da população nas ruas, num só movimento. E não conseguiu pressionar as direções sindicais para a radicalização do movimento grevista. Cabe aos lutadores a lição de organizar e politizar a vanguarda que despontou na greve.

deixar que a disposição de luta desapareça com o fim da Campanha Salarial deste ano. Ela será necessária para a garantia do sucesso das futuras campanhas salariais, como também para potencializar nossa organização e elevação política. É preciso romper as ilusões com as direções burocratizadas e lacaias da burguesia e empunhar um programa de luta que corresponda de fato aos interesses dos trabalhadores.

Para materializar esta luta, faz-se necessário construir no seio dos explorados uma oposição socialista a atual direção, que esteja realmente comprometida com nossas reivindicações. É com este objetivo que a **Corrente Proletária na Saúde** faz um chamado a todos os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias a discutirem e construir um programa de luta que corresponda às nossas necessidades econômicas e políticas.

A Corrente Proletária na Saúde Defende:

- A autonomia do movimento junto ao Estado com uma direção sindical classista que não esteja subordinada aos interesses da burguesia (dos ricos);
- A democracia operária. Que a base dos agentes tenha vez e voz nas decisões que envolvem toda categoria, principalmente as campanhas salariais, tirada de delegados para seminários e congressos da CUT e CONLUTAS. Que as deliberações sejam definidas em assembleia gerais, com ampla participação dos agentes;
- Transparência na prestação de contas das finanças do sindicato e controle das principais decisões que comprometem as finanças e o patrimônio da instituição. Criação de um fundo de greve, para manter a autonomia do movimento e garantir os encaminhamentos das campanhas e lutas da categoria;
- A redução da jornada de trabalho defesa de um salário mínimo vital (salário que garanta vida digna a uma família de 4 pessoas) a ser definido em assembleia geral;
- Pelo fim da criminalização dos movimentos sociais e da Lei anti-greve.
- Abaixo o capitalismo e defesa do socialismo.

Municipais São Paulo

Com métodos estranhos aos trabalhadores, a burocracia do Sinpeem tenta acobertar a fraude eleitoral

Na tentativa incessante de iludir, acobertar sua política pró-governista e de ataque aos trabalhadores da educação, a burocracia do SINPEEM apela para falsificações sobre as conquistas e as calúnias. Diante do grande desgaste por ter traído a base na greve, a burocracia, num ato de desespero, enviou dois informativos mentirosos aos associados. Por trás das inverdades, há uma só verdade: a burocracia, que controla o sindicato há mais de 20 anos, usa os recursos (dinheiro dos associados) para difamar seus opositores.

No primeiro informativo, a direção reafirmou as migalhas que obteve do governo para pôr fim à greve. Vejamos companheiros! Onde

estão as duas referências para os que estão próximos da aposentadoria? E as férias coletivas para a Educação Infantil? Continuam como promessa de aprovação de um PL. E o adiantamento da primeira parcela do PDE, que anunciou que seria pago em junho? Permanece sem a regulamentação específica. Como vemos, nos holerites não há conquistas. Muito menos as que o burocrata usou para suspender a greve.

Já o segundo trata da Eleição para o conselho do SINPEEM, que ocorreu no último dia 16 de abril, na qual a oposição teve a maioria esmagadora dos votos. Ao invés de informar corretamente os resul-

tados da eleição, o burocrata modificou os estatutos para permanecer com a maioria dos conselheiros. Agora, apresentou um informativo, que acusa a oposição de fazer terror e espalhar mentiras sobre a extinção de direitos. Quando, na verdade, a oposição estava correta em alertar os trabalhadores sobre a ofensiva do governo na tentativa de retirar direitos com a reforma do plano de carreira, na qual atacou várias conquistas, entre elas as que se referem à evolução funcional. E os direitos que ainda não foram retirados é mérito das duas últimas greves, ou seja, da luta efetiva dos trabalhadores da educação.

Sobre as eleições, o burocrata Claudio Fonseca disse que a eleição para o conselho foi convocada e realizada regularmente. Falso! Não existiu a comissão eleitoral eleita pela base. Os burocratas armaram a eleição de acordo com seus interesses. Criou um sistema de cédula com código de barra (raspadinha), que dificultou a votação. Não aceitou que a houvesse a apuração dos votos e a composição do Conselho nos moldes dos estatutos. Assim, contou os votos como quis e com quem. A oposição não teve acesso.

A burocracia alegou que a Oposição obstruiu o processo de apuração ao impor exigências que só dificultavam o andamento da apuração. A verdade é que a Oposição exigia lisura na apuração e respeito ao estatuto. A verdade é que a burocracia queria contar primeiro os votos para depois estabelecer os critérios de composição do Conselho. O que fez a Oposição foi denunciar o intento da burocracia de burlar o processo em benefício próprio. Não esqueçamos que os estatutos e a inscrição de candidatos são criações da burocracia. Mesmo assim, rejeitada dos resultados, precisou dar um golpe em sua própria criação.

O que é real: a Oposição procurou defender a democracia e o respeito aos votantes. Pelo grande descontentamento dos trabalhadores, certamente, a oposição obteve a maioria do Conselho. Fato que ne-

nhum pelego pode admitir. Por isso, se valeu e se vale do autoritarismo contra a democracia sindical.

Os trabalhadores da educação devem combater os métodos dos burocratas do Sinpeem e defender a democracia sindical. Chega de mentiras! Chega de conciliação com Kassab! O sindicato pertence aos trabalhadores e deve ser usado unicamente para a luta coletiva dos explorados contra a exploração. É nossa tarefa combater a burocracia, o que implica consolidar a fração classista de oposição.

Superar os equívocos e avançar na democracia sindical

A maioria dos setores de Oposição, com base nas fraudes do processo eleitoral, recorreu à Justiça. Entrou com uma liminar de pedido de anulação da eleição e, posteriormente, suspensão da Conselheiros.

A Corrente Proletária se posicionou contrária a qualquer interferência da Justiça nas eleições sindicais, pois esta medida implica evocar a intervenção do Estado burguês no interior do sindicato. A Justiça é patronal. Os conflitos no interior dos sindicatos devem ser resolvidos pela democracia sindical, por meio de assembleias e outros instrumentos coletivos da classe.

Até o momento, a burocracia se recusa a convocar uma assembleia para que os professores possam deliberar sobre o problema das eleições. Por outro lado, a Oposição ainda não conseguiu organizar uma plenária de base para discutir e aprovar as medidas contra a fraude eleitoral.

Os trabalhadores da educação têm de ter claro que a burocracia sindical é antidemocrática e caluniadora. Aproveita, nesse momento da debilidade da Oposição, para propagandear falsas denúncias. É nossa tarefa combater esses métodos estranhos aos trabalhadores e defender a democracia sindical.

DCE UFCG/PB demora a convocar assembleia e inviabiliza greve estudantil

Não faltam motivos para os estudantes se organizarem na UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Falta professor, falta estrutura, falta manutenção, as vagas na moradia estudantil são ínfimas, o R.U. foi terceirizado, a participação estudantil nos conselhos é ultraminoritária e avançam as políticas privatistas de entrega do HU à EBSERH, incentivo às parcerias com empresas privadas, precarização do trabalho docente, exploração dos bolsistas REUNI, etc. etc. Desde o fim de 2011, houve lutas massivas, porém, isoladas no campus de Cuité, Patos, e na Engenharia, Enfermagem e Medicina de Campina Grande. Junto com este processo, a campanha salarial dos docentes apontava claramente para a deflagração da greve nacional. E o que fez o DCE, dirigido pelo PCR? Não convocou nenhuma assembleia geral estudantil para unificar as lutas e debater o posicionamento estudantil diante da greve.

O CA de Ciências Sociais convocou uma assembleia e aprovou uma greve do curso e uma pauta específica que se dirige tanto à reitoria como ao MEC, exigindo fim do vestibular, acesso irrestrito, fim das políticas privatistas e antiautonomistas, voto universal, garantia de permanência com a ampliação do R.U. e residência, melhor estrutura e atendimento aos estudantes. Nesta assembleia, os estudantes intimaram o DCE a convocar uma assembleia antes da deflagração da greve docente. Mas a direção do PCR só convocou a primeira assembleia para o dia em que a greve começou, ou seja, deixou que prevalecesse a dispersão. Agora, mesmo com o empenho dos estudantes que permaneceram e do apoio de vários CAs e DAs, a greve estudantil tornou-se quase inviável, pois para ser deflagrada precisa de um quórum de 10% dos estudantes a última reuniu cerca de 70, que corresponde a 1%.

Diante disto, defendemos que se intensifiquem as atividades du-

rante a greve. O CA de Sociais saiu à frente com propostas de atividades politizadas que contribuam para que os estudantes dêem respostas programáticas aos ataques à educação.

Greve dos docentes e dos estudantes de Ciências Sociais aponta o caminho da luta

A greve dos docentes da UFCG está sendo construída há tempos. Foram realizadas várias assembleias nos campi em que a conjuntura era analisada, destacando-se a falta de compromisso do governo federal em cumprir até mesmo o mísero ajuste emergencial de 4%, desde o início do ano os professores indicavam a disposição para a greve. Diante disto, a deflagração contou com grande participação docente e quase unanimidade na votação. Até mesmo o Colegiado Pleno (instância máxima) aprovou uma resolução em apoio à greve e suspendeu o calendário acadêmico.

O Comando Local de Greve está procurando fortalecer o movimento internamente e planeja expandir para fora da universidade, com atividades nas ruas e praças das cidades. A decisão do Colegiado Pleno, porém, tem gerado distorções, com grande ênfase no discurso legalista pró-greve, como se os docentes devessem paralisar as aulas para acatar a hierarquia, ou com a exigência de punição administrativa aos que tentaram furar a greve. Trata-se de um equívoco, é preciso fortalecer a autoridade do Comando de Greve e fazer a defesa política do movimento, parte deste convencimento é a necessidade de combater a greve passiva e intensificar as atividades políticas e a radicalização das ações na cidade, ganhando as ruas. Isto é decisivo para dobrar um governo que já apontou que jogará duro. No dia 23 de maio, o ministro da Educação, Mercadante, recusou-se a negociar com os grevistas.

Nesta edição:

- Bolívia: Balanço do último conflito
- Argentina: Crise na CGT: o governo pretende limitar as negociações
- Argentina: Unificar as greves e as lutas operárias para evitar que os assalariados paguem pela crise capitalista
- Os prisioneiros revolucionários de Stálin (1ª parte)

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia: Balanço do último conflito

Os explorados têm vivido apenas um episódio mais na luta, em breve voltarão às manifestações

O atual conflito social expressa o ponto culminante do processo de emancipação política das massas com relação à influência e ao controle que o governo do MAS inicialmente exercia sobre elas.

Este processo tem profundas raízes estruturais, que se fincam na forma como se manifesta a crise estrutural do capitalismo na Bolívia e na incapacidade do governo para dar respostas efetivas para as necessidades vitais dos explorados.

A etapa das ilusões das massas (resultado da frenética política demagógica que desenvolveu o governo) passou. Elas viveram na carne que o suposto sucesso econômico não chegou a seus bolsos e, longe de melhorar suas condições miseráveis de existência, têm piorado nos últimos seis anos.

Diante da pressão cada vez mais agressiva dos explorados para resolver seus problemas de sobrevivência, o governo cada vez mais nitidamente acentua seu perfil direitista. É um fiel executor das políticas imperialistas sobre salários e remunerações. Promove agressivamente a propriedade privada no campo, às custas da destruição das formas de propriedade comunal. Desenvolve uma flagrante política de proteger as grandes mineradoras privadas. Acentua a tendência a liquidar importantes conquistas sociais do movimento operário e dos setores de serviços. Começa a usar a violência do Estado como uma forma de apaciar a explosão de conflitos sociais.

Na consciência dos explorados, existe a convicção de que este governo está fazendo o mesmo que os governos burgueses nos outros países, para salvar os interesses da classe dominante, colocando nas costas dos explorados todo o peso da crise do sistema.

Este conjunto de elementos constitui a situação política que define, em última análise, o comportamento dos conflitos sociais que explodem todos os dias e as possibilidades dos diferentes setores em luta. Trata-se de um processo de rápidas mudanças na consciência dos combatentes. Mas ao mesmo tempo é muito contraditório, pois, se vive um período de grandes desequilíbrios como caracteriza uma situação revolucionária ou, precisando melhor, pré-revolucionária pela ainda débil incorporação da classe operária e de sua política.

O que está em questão é uma análise objetiva das caracte-

terísticas deste processo, descobrir suas dificuldades e prever suas perspectivas. Só então poderemos assumir as táticas adequadas e os objetivos que servirão de alavanca para futuras mobilizações.

O governo, ao desmontar o setor mais radical do movimento (saúde e universidades), conseguiu parar momentaneamente a incorporação de outros setores que também estão reivindicando. Mas devido à agudização da miséria, quase imediatamente, outros setores irão aderir à luta e é uma de nossas tarefas preparar esta segunda onda de lutas sociais superando as falhas atuais.

Uma das grandes limitações é que não conseguimos estruturar de forma eficaz uma pauta única nacional que encarne os interesses de todos os setores e garanta o início e o desenlace unitário do conflito. Todos começaram suas manifestações por vários objetivos, até mesmo contraditórios, como ocorreu com os condutores que se chocaram de frente com os conselhos de bairro. Mas nestas manifestações os lutadores foram se reunindo num mesmo lugar e ao mesmo tempo. A única coisa em comum entre eles é o rechaço e o ódio pelo demagogo e cínico governo. Esta ausência da pauta unificada é, basicamente, devido às limitações de uma direção incapaz de articular os interesses de todos os setores. Os dirigentes da COB e das confederações não fazem nada nesse sentido e, ao contrário, aqueles diretamente influenciados pelo governo sabotam as mobilizações das bases.

Como esperado, o desenlace do conflito também foi setorial. Sem dúvida, os trabalhadores da saúde, os médicos e universidades, mesmo não conseguindo a revogação do Decreto-lei 1126 (que aumenta a jornada do setor para 8 horas) saem com a sensação de dever cumprido. Conseguiram rebater o governo no debate sobre a saúde e conseguiu arrancar-lhe a reintegração dos demitidos e a devolução parcial dos descontos dos dias de greve. Observam que este é apenas um episódio da luta e que voltarão nas novas jornadas para frear as pretensões do governo de usar a Cúpula Social da Saúde para voltar a atacar os trabalhadores e a população.

Os ritmos das incorporações dos setores foram díspares. No magistério, por exemplo, apenas as camadas da vanguar-

da participaram das manifestações. A maioria, ao ver mediados seus objetivos (aumento salarial), via como algo distante a satisfação de suas necessidades imediatas. Os setores proletários são os que mais fraqueza demonstraram. Os mineiros tem um obstáculo a superar, o de se sentirem administradores da empresa e os salários relativamente altos que ganham. Os operários fabris, por sua vez, tendem a renunciar suas reivindicações para evitar a falência das empresas e garantir os seus empregos. Estes e outros são os principais obstáculos a serem superados para o proletariado se tornar a verdadeira vanguarda dos explorados no país.

da dos explorados no país.

O conflito revelou o verdadeiro sentido da greve que, no capitalismo, é um golpe mortal no coração da classe dominante e do Estado burguês, desde que os setores produtivos participem ativamente. As interrupções de trabalho e greves decretadas pela burocracia sindical sem a incorporação dos mineiros, operários fabris e outros, servem apenas para desgastar os trabalhadores no setor de serviços.

(extraído do Masas boliviano nº 2265 de 25 de maio de 2012)

Argentina:

Crise na CGT: o governo pretende limitar as negociações

A meta do governo: uma CGT e um sindicalismo que se disciplinem totalmente ao governo e concordem em assinar acordos salariais com base nos 18% acordados. Excepcionalmente, aceitam subir até 22%. Enquanto isso, já se estima que a inflação anual pode superar os 25%.

O Ministério do Trabalho tem ordens de não homologar nenhum acordo superior a isso. Este acordo poderia ser o começo do fim das negociações que existiram nos últimos anos. Estas negociações nunca foram livres, sempre estiveram sujeitas à intervenção do Estado através do Ministério do Trabalho e os trabalhadores não realizam assembleias para aprovar a lista de reivindicações e eleger seus representantes nas negociações, nem para decidir se aceita ou não os acordos negociados.

O Governo não ousa suspender ou eliminá-las. Tem como base a experiência de 1975, quando do governo peronista de Isabel Perón/López Rega foi encurralado devido a reivindicações salariais, que deram origem a um generalizado levante operário, que protagonizou a greve histórica e as mobilizações de 27 e 28 de Junho daquele ano. As suspensões, postergações e encerramento das negociações foram naquele ano o motor da luta de classes.

Hoje, a linha dos sindicatos patronais mais poderosos é limitar o reajuste salarial. Necessitam impor um retrocesso dos salários reais aos trabalhadores para manter a sua rentabilidade.

A Presidente utiliza todo seu poder para punir os trabalhadores que reclamam de seus salários. A crítica que faz às direções burocráticas é que estas concorram entre si, reivindicando o maior ajuste salarial. Disse que dão “raiva” às reivindicações dos trabalhadores e pediu aos dirigentes que “sejam responsáveis”. Mas não fala sobre o crescimento da inflação e que não existe outra forma de combatê-la a não ser exigindo pelo menos a atualização do valor do salário, ou seja, da sua capacidade de compra. A Presidente soma sua voz com os empresários ao assinalar que a inflação é devido aos ajustes permanentes dos salários, e que esse ajuste torna cada vez menos competitiva a força de trabalho local.

A Presidenta foi mais fundo na chantagem aos trabalhadores afirmando que poderiam ficar “na rua” sem trabalho, se optassem por reivindicações exageradas. Rechaça as medidas de força dos trabalhadores acusando-os de irresponsáveis e exorta os petroleiros para que não parem nem um dia. Reconhece que já estão sendo sentidas as consequências da crise mundial (“caiu sobre nós”, disse) e sua política é a de apertar o cinto, o dos trabalhadores. O Governo acredita e quer fazer acreditar que as conquistas recuperadas pelos trabalhadores são produto de seu “modelo” e de sua política, e não produto das grandes lutas populares que atingiram o seu clímax nos levantes de 2001/2002, cujo poder não conseguiram dissipar.

O Governo se mostrou completamente incapaz de conter a inflação real que devora o que a população recebe.

Já se notam os problemas de suspensões, demissões, reduções de horas, etc., que afetam numerosos setores. Além do que, agravando a situação, mantém-se o imposto de renda que ataca mais de um milhão e meio de trabalhadores, já que não são atualizados os mínimos. O próximo ajuste salarial aumentará o montante de trabalhadores atingidos pelo imposto, cuja arrecadação destina-se principalmente a dar subsídios aos capitalistas.

Nenhum setor da burocracia tira o pé do prato. O mais ousado que se faz é levantar a voz para reivindicar um reajuste de 30%. Mas nenhum setor, nem a CGT, chama uma greve geral com manifestações para romper os tetos salariais. Nenhum deles quer assinar um ajuste mínimo por temor a uma rebelião das bases. Os numerosos conflitos em curso exercem uma poderosa pressão.

As correntes burguesas que criticam os índices oficiais de inflação (tornam o tema uma causa nacional, inclusive elaborando seus próprios índices) não se pronunciam pela necessidade de reajustar o que todos os trabalhadores recebem. O que demonstra que são misérrimos. Que só estão interessados na luta interburguesa.

A crise internacional está afetando a economia. Que medidas devem ser adotadas para impedir que seja descarregada sobre os trabalhadores?

* Os acordos coletivos devem ser livremente negociados, sem a intromissão do Governo, sem interrupção, sem limites.

* Que os trabalhadores elejam seus negociadores; discutam nas assembleias a pauta de reivindicações e decidam se aceitam ou não as propostas patronais.

* O salário mínimo deve equivaler ao custo da cesta básica familiar, ajustado mês a mês, para todos os trabalhadores sem exceção.

Nenhuma demissão! Nenhum fechamento de fábricas! Nenhuma repressão aos operários! Ocupação das empresas que demitam ou sejam fechadas!

* Acabar com o desemprego! Distribuição das horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem afetar os salários (escala móvel de horas).

* Acabar com todas as formas de trabalho precário, terceirizado, agências contratadas, obras públicas sem contrato coletivo

* Por um Plano de Obras Públicas, lastreado por um imposto a grandes fortunas sob o controle operário coletivo, para satisfazer as necessidades mais urgentes da população.

Os trabalhadores não são responsáveis pela crise, que coloquem o dinheiro aqueles que em todos esses anos “a juntaram com a pá”.

(Extraído do Jornal Masas Argentino, nº 260, de maio de 2012)

Unificar as greves e as lutas operárias para evitar que os assalariados paguem pela crise capitalista

Lucas Martinez

A desaceleração econômica, a inflação, as suspensões e as demissões começam a despertar o instinto classista dos operários, aumentando as greves em defesa do emprego e do salário. As medidas de força variam segundo o maior ou menor controle que as direções oficiais traídas exercem sobre elas. A unidade política das greves adquire uma vital importância para centralizar e estender as medidas e a ação direta ao conjunto dos assalariados. Inicia-se um período marcado por convulsões sociais que, acumulando-se na esfera da economia o choque entre operários e patrões, passarão mais cedo ou mais tarde para a esfera da política. O ritmo e intensidade da luta de classes dependem de se conseguir unificar nacionalmente as lutas numa mesma plataforma e num plano comum de combate aos capitalistas e seus governos, baseado na defesa das reivindicações vitais das massas e dos métodos de ação direta. Deve pôr-se na ordem do dia o peso social do proletariado para frear os ataques capitalistas e constituir-se como efetiva direção política dos explorados contra a exploração e o saque imperialista. É urgente soldar o programa do partido revolucionário com as lutas, para que estas deem um salto e se projetem contra a propriedade privada e o estado burguês.

A greve dos trabalhadores do metrô

Com aumentos de 1.200 pesos (de 900 pesos para as categorias mais baixas com salário inicial de 4 mil pesos), a Associação Gremial de Trabalhadores do metrô e premetrô (AGTSyP), uma cisão da UTA (União de Trabalhadores de Automotores), aceitou a proposta e suspendeu a paralisação do metrô. O conflito começou em março, teve três paralisações parciais em 15 dias e uma paralisação total durante 36 horas (dia 16). O metrô transporta 900 mil pessoas por dia. É um ramo vital para o normal desenvolvimento econômico do país, o que outorga aos trabalhadores uma grande capacidade de pressão. A continuidade da paralisação era uma ameaça para centenas de empresas que perdiam milhares de horas de trabalho por dia, isso porque os empregados dependem desse meio para se locomoverem. A divisão sindical constituiu – e constitui – uma verdadeira trava para a unidade política dos trabalhadores de todos os ramos de transporte sob a mesma plataforma e plano de luta, o que impediu por sua vez de ter maior força para impor maiores conquistas.

Os conflitos nos serviços de transportes de passageiros

Também estiveram paralisados os condutores de ônibus das linhas 60 e 140, filiados a UTA. Em abril, 16 corpos de delegados rechaçaram o acordo assinado entre o governo nacional e as patronais, que girou em torno de 17,6%: exigiam 30% de aumento. A burocracia da UTA fez de tudo para desativar o conflito, isolar as bases das diferentes linhas e acordar com as patronais. Finalmente, as medidas se levantaram com a conciliação obrigatória ditada pelo governo nacional. Se não se chegasse a um acordo nos próximos dias, poderia reativar-se o descontentamento e retomar-se a luta tendo em vista que as reivindicações não foram atendidas e as bases começaram a organizar-se *por fora* e, em alguns casos, *contra* a burocracia.

A burocracia da UF traiu os trabalhadores ferroviários

A burocracia da União Ferroviária, cúmplice do assassinato

de Mariano Ferreyra, aceitou a conciliação obrigatória do governo que desativou a paralisação de 24 horas do dia 3 de maio. O acordo salarial chegou sob a forma de um subsídio de 1.000 pesos por trabalhador e sem aumento no salário base. O que empurrou um setor a desconhecer-lo e convocar uma plenária de base. A luta contra a burocracia parece recrudesce ao calor das traições e destruição do poder aquisitivo do salário, corroído pela inflação. A crise e o sucateamento da rede ferroviária, que inclusive levou a morte de 50 pessoas na estação Onze de Fevereiro, prefiguram-se em um terreno favorável para que recrudesça a luta operária e de milhões de usuários que, por um lado, vêem os imensos lucros empresariais e, por outro, a precarização do trabalho e destruição do material ferroviário, que põem sério risco à vida dos passageiros.

Indústria automotriz: o motor de crescimento do embrião da crise política

Os operários das autopeças Mecca e RBI Bosch estão parados e permanecem nas fábricas e nos bloqueios de ruas. Resistem ao fechamento das fábricas, que se declaram falidas. Se bem que as empresas tiveram fabulosos lucros com o boom do consumo e os subsídios estatais, agora em meio à crise e exigem uma redução salarial de 35%.

Desde o início, a burocracia da UOM (União de Operários Metalúrgicos) procurou levantar as medidas, organizar fura greves e até pediu à Justiça burguesa que interviesse para desocupar as fábricas. Ou seja, judicializar o conflito e militarizar os locais de trabalho. Mas o descontentamento da base foi maior: impôs a paralisação em defesa dos empregos e contra o sucateamento das empresas. A manutenção da ocupação é decisiva para os trabalhadores. A indústria automotriz, motor do crescimento econômico das últimas décadas, está transformando-se no tendão de Aquiles do governo e numa séria ameaça para a burocracia. A burocracia, o governo e a patronal querem evitar que se generalize o movimento para outras fábricas em função das ameaças de demissões e suspensões em importantes fábricas, como Indiel, Peugeot (que encerrou toda linha de produção, com 300 operários suspensos), ou a Iveco (da Fiat). Na realidade são 15 empresas que estariam com suspensões e demissões a caminho.

A greve dos operários açucareiros do Engenho A Esperança

A greve iniciou há mais de um mês. O conflito chegou a um impasse, já os operários aceitaram a conciliação obrigatória do Ministério do Trabalho. Durante a greve, que durou 16 dias, realizaram-se piquetes no portão da empresa para evitar os fura-greves. Além disso, a radicalização da greve permitiu arrancar da patronal algumas das mais importantes conquistas: a reincorporação dos suspensos e de 158 companheiros demitidos.

É importante destacar que o conflito nasceu de uma assembleia (29 de março) com mais de 700 operários que expulsou a burocracia porque fez um acordo com a empresa nas costas dos operários. Abriu-se, assim, um processo de reeleição de delegados que levou à organização da greve contra a patronal. Que constituiu uma espécie de

frente única entre os operários da fábrica, do transporte e do campo graças a uma plataforma única que reivindicava o direito de greve, os postos de trabalho, a estabilidade para os contratados e a criação de novos postos de trabalho para os jovens desempregados.

A crise se estende aos sindicatos controlados pelo governo

A previsão de um crescimento de 3% do PIB para 2012, a crise comercial, o déficit e a inflação projetam uma crescente onda de paralisações e greves operárias. E se constituem em uma ameaça para os planos do governo, obrigando a conceder aumentos acima do teto fixado (20%) para abortar as pressões das bases e administrar a mudança da cúpula da CGT, sem maiores custos políticos

Os prisioneiros revolucionários de Stálin⁽¹⁾

Leon Trotsky – 16 de janeiro de 1936

As cartas e documentos recentemente publicados pelos camaradas Tarov e Ciliga têm servido para estimular um enorme interesse pela repressão contra os combatentes revolucionários pelas mãos da burocracia soviética. Há dezoito anos da Revolução de Outubro, numa época em que, segundo a doutrina oficial, o socialismo é uma realidade “definitiva e irrevogável” na URSS, aqueles revolucionários inteiramente consagrados à causa do comunismo, que não reconhecem o dogma da infalibilidade estalinista, sofrem anos de prisão, confinamento nos campos de concentração, trabalhos forçados, tortura física quando resistem, fuzilamento em casos de tentativas de fugas reais ou fictícias, ou seja, são levados deliberadamente ao suicídio. Quando centenas de prisioneiros, em protestos contra as condições intoleráveis, recorrem ao terrível método da greve de fome, a burocracia os submete à alimentação forçada e, em seguida, os coloca em situações ainda mais horribéis. Quando diante da falta de outros meios de protesto, alguns revolucionários cortam as veias, os agentes da GPU, isto é, os agentes de Stálin, “salvam” suas vidas para demonstrar-lhes com renovada brutalidade que na verdade não têm nenhuma salvação.

Em meio a esse panorama horrível, a crônica do camarada Ciliga introduz um elemento extremamente trágico. Ciliga era um dos dirigentes da seção iugoslava do Comintern. Em outras circunstâncias, ao surgir diferenças entre os dirigentes de um partido se recorria à discussão, ao congresso extraordinário e, em casos extremos, à ruptura. Não acontece assim no Comintern. A camarilha de Moscou envia suas instruções ao Comitê Central da seção nacional. Este, por sua vez, solicita a Moscou que o livre da Oposição. Stálin ordena aos opositoristas que se mudem para Moscou e, com o objetivo sumário de “convencê-los”, ordena sua detenção, incomunicabilidade e extermínio físico por meios distintos. Entre as centenas de fuzilados pela “participação” no caso Kirov – que na maioria dos casos não tiveram nada a ver – se encontram vários militantes da Oposição Búlgara e de outros países. Assim, o direito de asilo para os refugiados revolucionários está condicionado pelo compromisso de renunciar ao direito de opinião independente. O chamado a Moscou para uma “conferência” resulta, uma e outra vez, em uma armadilha traiçoeira. Se o “criminoso” escapa, prendem sua esposa, filha ou filho. Nesses casos, os métodos dos agentes estalinistas coincidem com as melhores tradições do gangsterismo norte-americano.

Os partidos que se autointitulam Comunistas não só dissimulam estas canalhadas sem precedentes dos senhores Ma-

para o governo ou para a burocracia. Somente assim se pode explicar que, após 80 dias de negociações, uma paralisação e duas conciliações obrigatórias, a UOM assinou com as câmaras patronais um aumento de 23% para cerca de 260 mil operários do setor, retroativo a abril.

O acordo era chave para o governo que promove seu secretário geral, Antonio Caló, como substituto de Hugo Moyano na condução da CGT. Foi fechado dias antes da convocação de um plano de lutas (paralisações de uma hora por cada hora trabalhada), impulsionado pelos resmungos da burocracia por conta da forte pressão das bases e das comissões internas combativas ou antiburocráticas que ganham terreno.

rechais e Supermarechais – canalhadas nas quais participam diretamente os dirigentes de algumas seções da Comintern –, mas também ao cúmulo da imprensa da Comintern atribuí-las às próprias vítimas. Porque, vejam vocês, não se trata simplesmente de militantes de oposição, bolcheviques que se rebelam contra as arbitrariedades de Stálin e contra a degeneração patriótica da Comintern. Não; não resta dúvida de que são “terroristas”, participantes de um complô contra a sagrada pessoa do Líder ou de um de seus marechais, enfim, agentes da espionagem estrangeira, lacaios de Hitler ou de Mikado. A Zinoviev e Kamenev armaram um flagrante delito: criticaram (em privado!) o ritmo aventureiro da coletivização, que conduz à destruição insensata de milhões de pessoas. Se o caso estivesse nas mãos de um autêntico tribunal proletário, os aventureiros-coletivizadores, sem dúvida, estariam com seus ossos na prisão. Mas o tribunal de Stálin e Iagoda condenou Zinoviev e Kamenev a dez anos de presídio por... um ato terrorista do qual não participaram, nem podiam participar!

Há apenas dois anos, a imprensa socialdemocrata, trabalhista e sindical difundia avidamente todas as notícias, reais e fictícias, dos crimes da burocracia soviética, com o objetivo de desprestigiar a Revolução de Outubro em seu conjunto. Na atualidade, se produziu uma virada de cento e oitenta graus, ao menos na Europa. A política de “frente única” social patriótica se transformou na conspiração do silêncio recíproco. Nos países onde não existe a frente única devido a pouca importância dos partidos comunistas, as organizações reformistas preferem não inimizar-se com a cúpula do Kremlin, que, ao inscrever em sua bandeira a defesa da Liga das Nações e da pátria democrática, se encontra muitíssimo mais perto deles que dos internacionalistas revolucionários perseguidos. A “defesa da URSS” é a justificativa piedosa do silêncio a respeito dos crimes da burocracia estalinista.

Cabe mencionar aqui a categoria especial dos “amigos” profissionais do Kremlin: intelectuais em busca de um ideal dourado, escritores que descobrem as vantagens do Editorial do Estado, advogados ávidos de publicidade e, finalmente, os meros aficionados, atraídos pelas viagens gratuitas e banquetes de aniversários. Portanto, essas pessoas, que em sua maioria são parasitas, transmitem solícitamente pelos quatro rincões do globo as invenções e insinuações que os agentes da GPU sussurram nos ouvidos dos “amigos” durante os heróicos banquetes em homenagem à Revolução de Outubro. Basta

mencionar o indigno papel que cumpre o escritor tão destacado como Romain Rolland!

No entanto, a confraternização entre a cúpula da degenerada Comintern e a cúpula da Segunda Internacional começa a provocar uma reação saudável. Um número crescente de operários de vanguarda começa a abrir os olhos. Os exemplos de “moral socialista”, tais como arrastar-se na poeira diante dos “líderes”, da bajulação bizantina, da criação de castas de coronéis, generais e marechais “vermelhos”, do culto reacionário da família pequeno-burguesa, da ressurreição da árvore de Natal: tudo isso obriga os operários conscientes de todos os países a perguntarem-se até que ponto chegará a degeneração do estrato dominante da União Soviética. Sobre o terreno do despertar da consciência crítica, caem hoje os informes sobre os crimes brutais perpetrados pela burocracia contra os revolucionários que põem em perigo seus sacros privilégios e se obstinam em repudiar o evangelho segundo Dimitrov, Litvinov e a Liga das Nações.

As fileiras dos “criminosos” engrossam constantemente. No curso do último expurgo no partido dominante na URSS (últimos meses de 1935), a partir do que se deduz dos dados oficiais, houve entre dez e vinte mil “trotskystas” expulsos. Pela regra geral, os expulsos pertencentes a esta categoria são presos de imediato e submetidos às condições que imperavam nos campos de trabalhos forçados do czar. É necessário levar esses fatos ao conhecimento da classe operária do mundo inteiro!

É verdade que ainda no presente encontramos no movimento operário ocidental não poucos ativistas que se posicionam com honestidade a pergunta: Não prejudicará a União Soviética este tipo de denúncias? Não existe o perigo de que, ao jogar a água, joguemos também o bebê? Entretanto, esses temores não têm base alguma na realidade.

A denúncia das brutalidades que os estalinistas desfecham contra os revolucionários pode prejudicar a União Soviética diante dos olhos do mundo burguês? Ao contrário: toda burguesia, incluídos os guardas brancos no exílio, vê na ofensiva estalinista de extermínio contra os bolcheviques-leninistas e outros revolucionários a melhor garantia de “normalização” do regime soviético. A imprensa capitalista séria e responsável do mundo inteiro aplaude unanimemente a luta contra os “trotskistas”. Que ninguém estranhe! Litvinov, juntamente com os representantes da reação mundial, integra a Comissão de Genebra para a luta contra o “terrorismo” (2). Aqui não se trata, portanto, de combater o terror governamental contra os operários revolucionários, mas sim de combater o vingador individual que dispara contra o tirano, tendo ou não coroa. É sabido que os marxistas sempre rechaçaram e rechaçam implacavelmente o método do terror individual. Mas isso jamais nos impediu de solidarizarmos com Guilherme Tell contra o déspota austríaco Gessler. Por outro lado, a diplomacia soviética discute agora com os Gesslers a melhor maneira de exterminar os Tells. Ao participar na perseguição internacional aos terroristas, Stálin complementa do melhor modo possível sua própria perseguição aos bolcheviques. É evidente que nossas denúncias só servirão para aumentar a confiança que Stálin merece da Liga das Nações, do governo dos Estados Unidos e, inclusive, de Hitler.

Tampouco temos por que temer à burocracia operária re-

formista dos países burgueses. Os burocratas reformistas conhecem perfeitamente bem os atos da repressão estalinista, mas há dois anos os silenciam deliberada e maliciosamente. Seja como for, nossas denúncias não diminuirão a estima que León Blum, Otto Bauer, Sir Walter Citrine, Vandervelde e companhia sentem pela burocracia soviética; trata-se de uma amizade interessada, dirigida em primeiro lugar contra a ala esquerda, revolucionária.

Por último, estão as massas trabalhadoras. A maioria dos operários é partidária sincera e honesta da União Soviética, ainda que nem sempre sabem expressá-la em ação. Para as massas é difícil orientar-se nesse problema porque os aparatos burocráticos, erguidos por cima delas, as enganam constantemente e habilmente. De maneira que o problema se reduz à seguinte questão: Temos o dever de dizer-lhes a verdade? Para um marxista, colocar essa questão é dar a resposta. A revolução não necessita de amigos cegos, nem alienados com os olhos vendados.

Os operários, não são crianças. São capazes de apreciar ao mesmo tempo as conquistas colossais da Revolução de Outubro e a pesada herança histórica que coagulou sobre o seu corpo, sob a forma de uma horrorosa ulcera burocrática. Um revolucionário que teme dizer às massas o que sabe, é um inútil! Deixemos a duplicidade para os patriotas do parlamento, para os idealistas de salão e para os padres. Por acaso os “Amigos da União Soviética” e outros filisteus não dirão que nos movemos sobre a base de considerações maliciosas do tipo “fraccional”, inclusive “pessoal”? Certamente que sim. Mas, por sorte, não nos desacostumamos a considerar os filisteus e a sua opinião pública com absoluto desprezo. Não se pode preparar o futuro embelezando o presente. Para ser leais à Revolução de Outubro devemos denunciar sem piedade e, em caso de necessidade, cauterizar suas chagas. A mentira é uma arma da classe possuidora. Hoje também é uma arma nas mãos da burocracia soviética. Os oprimidos necessitam conhecer a verdade. Os operários devem saber *toda* a verdade a respeito da União Soviética para que os acontecimentos próximos não nos peguem desprevenidos.

Devemos difundir aos quatro ventos, por meio de todas as publicações honestas, as notícias sobre as vis repressões que sofrem os revolucionários proletários honestos na União Soviética. Por isso, nossa tarefa principal e imediata é: *aliviar a sorte dos milhares de vítimas da sanha burocrática*. Devemos ajudá-los por todos os meios que surjam da situação e que vá de encontro com nosso desejo ardente de salvar os heróis combatentes. Se cumprirmos essa tarefa, ajudaremos os trabalhadores da União Soviética e do mundo inteiro a dar um passo a mais no caminho da sua emancipação.

(Extraído da obra Escritos, León Trotsky, tomo VII- 1935-36, vol. 2, editorial Pluma).

Notas

- (1) Os prisioneiros revolucionários de Stálin. New Militant, 1 de fevereiro de 1936, onde apareceu com o título “Que os operários saibam a verdade acerca da perseguição aos revolucionários na União Soviética!”
- (2) Ver carta de Trotsky ao tribunal da Liga das Nações contra o terrorismo, datada de 22 de outubro de 1936